

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO –
ASCES**

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO
LABORATÓRIO DE ESTUDOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS
DA ASCES**

JESSICA FERNANDES SALES DA SILVA

CARUARU

2014

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO –
ASCES**

**A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO
LABORATÓRIO DE ESTUDOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS
DA ASCES**

JESSICA FERNANDES SALES DA SILVA

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Faculdade
ASCES, como requisito parcial, para a obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social, sob orientação da Profª Dr. Juliene
Tenório de Albuquerque**

CARUARU

2014

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 01 de dezembro de 2014

Presidente: Juliene Tenório de Albuquerque

Primeiro Avaliador: Rosineide Maria Gonçalves

Segundo Avaliador: Josinês Barbosa Rabelo

DEDICATÓRIA

Dedico a minha amada avó Zeta, pelos esforços de me manter sempre com os pés no chão, e ser minha base de forças.

AGRADECIMENTOS

Durante a construção e elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, com todos os desafios e vitórias que conseguir viver e ter diversas experiências, alegrias, tristezas e angústias que com toda calma e reflexão, os pensamentos positivos que foram me desejados, consegui chegar ao fim de mais uma etapa em minha vida acadêmica. Portanto, agradeço a todos (as) que compartilharam comigo conversas e reflexões acerca desta minha jornada.

Agradeço a Deus pela força, sabedoria e dádivas concedidas a mim, e a Nossa Senhora Aparecida, que me permitiram que tudo isso acontecesse, com sabedoria e fé ao longo de minha caminhada.

A esta Instituição de Ensino pela oportunidade de me graduar e ter adquirido tantas experiências, aos funcionários e amigos que conheci neste período.

As minhas tias Ana, Adriana e Gorete, pelo esforço diário de me manter sempre erguida e de me apoiar nas decisões acadêmicas.

Aos meus pais Graça e Gean, por estarem do meu lado em diversos momentos dessa jornada.

Aos meus irmãos Jakeline e Geovane, e aos meus primos Débora, Diego e Irivânia, agradeço a compreensão de todos, pelos momentos de comemorações que não pude participar devido a está nesse período de produção de minha conclusão.

Ao meu noivo Edson, pelo imenso amor, compreensão e paciência.

A Juliene Tenório, orientadora desta monografia, pelo empenho, conhecimento e competência, por todos os conselhos e orientações, que sem a sua imensa ajuda não teria conseguido, obrigada pelas palavras de apoio e a sua dedicação. O meu muito obrigada.

Um agradecimento especial a professora Sheilla Rocha por ter me apresentado o curso de Serviço Social em minha época de ensino médio, e pela paixão que criei pela formação e profissão, e ao professor Orlando Rabelo pelo seus conhecimentos e as diversas orientações durante a graduação e por ter me feito amar a área de Saúde Mental.

A professora Josinês Rabelo, com você conheci diversas áreas da profissão com nossas conversas no local de estágio, agradeço pelos seus esforços, suas palavras de carinho e

de compreensão, professora agradeço ter lhe conhecido além de uma ótima profissional é uma pessoa maravilhosa.

As minhas amigas Tatianne Bezerra e Viviane Mousinho, conhecer vocês nessa jornada foi maravilhoso, nossas conversas e debates em sala de aula e fora da sala de aula, nossa amizade ultrapassará esses anos, agradeço as palavras de apoio, compreensão e animação. Dividimos angustias, frustrações, mas acima de tudo dividimos alegrias e vitórias. E as demais colegas de turma, agradeço pela imensa paciência comigo em determinados momentos.

E a minha amiga Mayara Arruda, pelas nossas conversas, pelo seu apoio diário, muito obrigada por ter dividido comigo, alegrias, vitórias, conhecimentos e nossas angustias, te agradeço muito por tudo.

A Ilza Muniz, pela oportunidade de ter tido diversas experiências profissionais com o apoio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico e de ter conhecido pessoas maravilhosas como Simone Pontes e Rosely Cabral, no qual agradeço pelo apoio e os conhecimentos repassados, serei grata a vocês, por terem contribuído em minha formação profissional e pessoal.

E os demais que direta ou indiretamente que fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto desta pesquisa a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão e a formação em Serviço Social, tendo a compreensão do contexto e as determinações sócio-históricas que influenciaram nas mudanças e reformulações da Política Nacional de Educação Superior no Brasil e, conseqüentemente, na oferta do ensino superior de forma geral e na formação em Serviço Social no contexto pós Constituição de 1988, em virtude do estabelecimento da educação como direito e mediante a reformulação das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, como também do Código de Ética Profissional. O Serviço Social é criado nos anos de 1930 aparece atrelado a Doutrina Social da Igreja e ao Serviço Social europeu de caráter caritativo e assistencialista. Sendo destacado desde sua criação até os dias atuais da formação profissional em Serviço Social. A formação em profissional em Serviço Social na contemporaneidade tem como diretriz a Lei de Regulamentação da Profissão Lei nº 8.662 (1993), o Código de Ética do Assistente Social (1993) e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tendo sua construção alicerçada a partir de vários elementos que configuraram o cenário nacional no final da década de 1980. O objetivo principal deste estudo é compreender as possibilidades e limites para a consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social, a partir da experiência do Laboratório de Estudos Políticas e Práticas Sociais (LEPPS) do curso de Serviço Social da Faculdade ASCES. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, adotando as seguintes técnicas a pesquisa bibliográfica, análise de documentos de domínio público e restritos a Faculdade ASCES e a observação participante. Na análise de documentos foram utilizadas às normativas do Ministério da Educação (MEC) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e os relatórios do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais. A análise de dados foi respaldada na Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough. Como resultado deste trabalho, pode-se observar a criação de estratégias para o fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, nos projetos/ações do Laboratório abordando diretamente esta temática em seus objetivos e atividades.

Palavras-chave: Educação Superior. Serviço Social. Formação Profissional.

ABSTRACT

This final course study has as object of the research the inseparability between teaching, research and extension and graduation in Social Service, having an understanding of the context and the socio-historical factors that influenced the changes and reformulations of the National Higher Education Policy in Brazil and consequently the supply of Higher Education in general and graduation in Social Service in the post 1988 Constitution, by virtue of the establishment of Education as a right and through the redesign of curriculum guidelines for the course of Social Service, as well as the Code of Professional Ethics. The Social Service was created in the 1930s appears tied with the Social Doctrine of the Church and Social Service of the European welfare and charitable character. Being detached from its creation till nowadays in the professional formation in Social Service. The professional training in Social Service in contemporary times has as its guideline, the law that regulates the profession that is the Law n° 8662 (1993), the Code of Ethics for Social Assistants (1993) and the General Guidelines for the College of Social Service (1996) by the Association Brazilian Research and Education in Social Service (ABEPSS), and its composed for various elements that shaped the national scene in the end of 1980s. The main objective of this study is to understand the possibilities and limitations for the consolidation of the tripod education , research and extention in the Social Service formation, from the experience in the Laboratory of Political Studies and Social Practices (LEPPS) of the course of Social Service by Faculty ASCES. The research is characterized as qualitative, adopting the next techniques for research: a literature review, analysis of public domain and restricted documents of Faculty ASCES and participant observation. The document analysis were the regulations of the Ministry of Education (MEC) and the Brazilian Association of Education and Research in Social Work (ABEPSS) and reports of laboratory studies, Policies and Social Practices. The data analysis was supported in Critical Discourse Analysis by Norman Fairclough. As a result of this work, one can observe the creation of strategies to strengthen the tripod teaching, research and extension in the projects / actions of the Laboratory direct addressing this issue in its goals and activities.

Keywords: Higher Education. Social Service. Professional Formation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

AI - Atos Institucionais

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CET - Centro de Educação Tecnológica

CFE - Conselho Federal de Educação

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRES - Conselhos Regionais de Serviço Social

EAD - Educação à Distância

ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

FaT - Faculdades de Tecnologia

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GERES - Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEPPS - Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais

MEC - Ministério da Educação

PAC - Plano de Aceleração do Crescimento

PPP - Parcerias Público-Privadas

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UPE - Universidade de Pernambuco

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Normativas para Reforma do Ensino Superior no Governo Lula (2004/2005)

Quadro 2. Escolas de Serviço Social que tinham o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência

Quadro 3: Análise Tridimensional do Discurso

Quadro 4. Instituições de Ensino Superior de Caruaru

Quadro 5 . Instituições que oferecem curso de Serviço Social no Agreste Pernambucano

Quadro 6: Gestão do LEPPS

Quadro 7. Projetos do LEPPS

Quadro 8. Listas de Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social com articulação com os projetos do LEPPS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	16
1.1 A Política de Educação Superior no Brasil a partir da Constituição de 1988	16
1.1.1 A Política de Educação Superior no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	20
1.1.2 A Política de Educação Superior no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	24
1.1.3 A Política de Educação Superior no governo Dilma Rousseff (2011-2014)	30
CAPÍTULO 2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	33
2.1 Breve histórico do Serviço Social e da formação profissional no Brasil	33
2.2 Serviço Social e formação profissional nos anos 1990	41
2.3 Formação em Serviço Social e as exigências atuais	45
CAPÍTULO 3. LEPPS: INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO AMBITO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	48
3.1 As escolhas e o processo de pesquisa	48
3.2 Ensino, Pesquisa e Extensão: normativas do MEC e da ABEPSS	53
3.3 A formação em Serviço Social em Caruaru	56
3.4 Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais – LEPPS como instrumento de integração do ensino, pesquisa e extensão para a formação em Serviço Social	61
3.4.1 O processo de estruturação do LEPPS	62
3.4.2. O tripé ensino, pesquisa e extensão no LEPPS	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Diante da relevância do objeto desta pesquisa, que é o ensino, pesquisa e extensão, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como questão central de pesquisa: Como se efetiva o tripé ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social em uma instituição de ensino superior privada localizada no Agreste de Pernambuco?

A aproximação com o tema ocorreu durante o Estágio Curricular I e II, no período 2013.2 e 2014.1, no Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPPS), permitindo observações, reflexões e questões a respeito da formação profissional e referente ao tripé ensino, pesquisa e extensão. O interesse de estudar e pesquisar este tema decorre do estágio que permitiu a observação, reflexões e questões a respeito da formação profissional, onde pude observar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no âmbito do LEPPS.

Este trabalho tem como objetivo geral, compreender as possibilidades e limites para a consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social, a partir da experiência do LEPPS do curso de Serviço Social da Faculdade ASCES. Tendo como objetivos específicos: 1. Identificar as normativas do ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social, definidos pelo Ministério da Educação (MEC) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); 2. Compreender as particularidades do Agreste e sua relação com a formação em Serviço Social em Caruaru; 3. Analisar o processo de construção e efetivação do LEPPS como instrumento de integração entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito da formação em Serviço Social.

Com a expansão do ensino superior e a oferta de cursos pelas instituições privadas de ensino, a exigência do tripé ensino, pesquisa e extensão se mantém pelas normativas do MEC e da ABEPSS. Enquanto experiência pioneira, o LEPPS, se propõe a atuar como espaço de integração deste tripé, assim como campo de estágio e formação continuada para assistentes sociais da região, se tornando uma experiência que necessita de reflexões que com o fortalecimento de sua proposta.

O LEPPS considerando como campo de estágio do Serviço Social difere dos demais campos oferecidos pelo município de Caruaru, pela proposta de consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social.

Esperamos que esta pesquisa contribua com a produção de conhecimento sobre a formação em Serviço Social, com destaque para as particularidades desta formação no Agreste de Pernambuco, em virtude da interiorização e expansão do ensino superior. Além disto, propondo-se a sistematizar e analisar a experiência do LEPPS, na perspectiva de contribuir com seu fortalecimento, destacado a ausência de estudos anteriores sobre a experiência do LEPPS e a sua existência como em experiências inovadoras.

Deste modo, desejamos por meio deste trabalho, contribuir para o fortalecimento da formação em Serviço Social e para o debate acerca da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a reflexão dos acadêmicos de Serviço Social e profissionais envolvidos com o cotidiano de intervenção do LEPPS.

Diante do exposto, o primeiro capítulo relata a compreensão do contexto e as determinações sócio-históricas que influenciaram as mudanças e reformulações da Política Nacional de Educação Superior no Brasil e, conseqüentemente, na oferta do ensino superior de forma geral e na formação em Serviço Social no contexto pós Constituição de 1988, em virtude do estabelecimento da educação como direito e mediante a reformulação das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, como também do Código de Ética Profissional.

No segundo capítulo delinea-se a criação do Serviço Social no Brasil nos anos de 1930 que aparece atrelado a Doutrina Social da Igreja e ao Serviço Social europeu de caráter caritativo e assistencialista, cujas. Será destacado desde sua criação até os dias atuais da formação profissional em Serviço Social. A formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade tem como diretriz a Lei de Regulamentação da Profissão Lei nº 8.662 (1993), o Código de Ética do Assistente Social (1993) e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tendo sua construção alicerçada a partir de vários elementos que configuraram o cenário nacional no final da década de 1980. Com a expansão da formação profissional em Serviço Social, com as primeiras escolas e o ensino superior como aspecto de democratização e a criação de mecanismos para o financiamento do ensino, aumenta-se o número de matrículas em faculdades, universidades, centros universitários e entre outros, concomitantemente na modalidade de Educação à Distância.

O terceiro capítulo trata sobre o processo metodológico da pesquisa realizada sobre o LEPPS. Optamos por apresentar o processo de pesquisa realizada para elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, por acreditarmos na importância de exposição dos caminhos percorridos, das dificuldades e aprendizados encontrados, além dos resultados da pesquisa.

Desta forma, apresentamos nossas definições e escolhas sobre a pesquisa, a metodologia utilizada, bem como a análise realizada, na perspectiva de contribuir para discussão sobre pesquisa junto aos/as discentes, docentes e pesquisadores/as. E a análise dos dados, com base na análise crítica do discurso, tendo como documentos analisados as normativas do MEC e ABEPSS onde respaldam sobre o ensino, pesquisa e extensão, o curso de Serviço Social no Agreste Pernambucano com a experiência de Caruaru. E por fim, o LEPPS, como instrumento de interação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão para a formação em Serviço Social.

CAPÍTULO 1

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A Política Nacional de Educação Superior no Brasil, criada no século XIX, passou por uma série de transformações articuladas às mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorreram no país e no mundo ao longo de sua trajetória.

Neste capítulo, nos propomos a compreender o contexto e as determinações sócio-históricas que influenciaram as mudanças e reformulações da Política Nacional de Educação Superior no Brasil e, conseqüentemente, na oferta do ensino superior de forma geral na perspectiva de identificarmos as determinações para a formação em Serviço Social.

Tomamos como marco do processo de discussão deste capítulo o contexto pós Constituição de 1988, por estabelecer a educação como direito, como também por ser este o momento de reformulação das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, do Código de Ética Profissional e da Lei que regulamenta a profissão, sendo tais mudanças amparadas pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Desta forma, apresentamos de que maneira a educação, em especial, a educação superior é tematizada na Constituição de 1988. Em seguida, analisamos o tratamento estabelecido para a Política Nacional de Educação Superior nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff.

1.1 A Política de Educação Superior no Brasil na Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito. Sua inserção no texto constitucional foi resultado de um processo de luta não apenas pela defesa dos direitos, mas, especialmente, pela redemocratização do país, que, desde 1964, vivenciava uma Ditadura Militar¹.

¹A ditadura militar no Brasil, foi instaurada pelo golpe de Estado em 31 de março de 1964, no qual teve a duração de 21 anos. Sendo marcado pela ruptura do regime democrático, firme centralismo e autoritarismo,

Diante das reivindicações por mudanças sociais, culturais e políticas, onde a mobilização estudantil, assinalada por excessivos debates dentro das universidades e manifestações de rua, provocou o governo medidas para buscar soluções para os problemas educacionais. O governo militar perseguiu o movimento estudantil e o acompanhou as ações desenvolvidas no âmbito das universidades.

Ao analisar a trajetória histórica do ensino superior no Brasil, Santos e Cerqueira (2009), afirmam que, durante a Ditadura Militar, o governo se empenhou em derrotar o movimento estudantil, por constituir-se em um dos principais movimentos de resistência, e na reformulação e modernização do ensino superior.

Destacamos que a reforma que os militares promoveram no ensino superior as seguintes mudanças:

[...] extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas. Introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (não à flexibilização) (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 5).

Além disso, a ampliação do acesso se voltou para os cursos tradicionais na rede federal, no estímulo à pesquisa através da Capes e CNPq, do apoio à pós-graduação e da implementação do regime de tempo integral para os(as) docentes.

Ressaltamos, entretanto, a afirmação de Santos e Cerqueira (2009) de que a reforma do ensino superior implementada pelos militares, foi incompleta, pois não ocorreu de fato a reforma curricular. Com relação à ampliação do sistema destacam que esta ocorreu devido a multiplicação das matrículas nos cursos mais tradicionais, organizando o sistema federal em universidades e promovendo a pesquisa, iniciativas contrárias às pautas apresentadas pelo movimento estudantil.

ocorrendo à cassação dos direitos políticos de opositores e a violação das liberdades civis e políticas. Foram impostos 17 Atos Institucionais (AI), os principais são: AI-1 (9 de abril de 1964), no qual cassou os mandatos e suspendeu a dispensa parlamentar, a estabilidade dos funcionários públicos e entre outros direitos constitucionais. AI-2 (27 de setembro de 1965), que estabeleceu a eleição indireta para presidente, dissolvendo partidos políticos. AI-3 (5 de fevereiro de 1966), firmou as eleições indiretas para governador, vice-governador, prefeitos e vice-prefeitos. AI-4 (7 de dezembro de 1966), fechamento do Congresso. E o AI-5 (13 de dezembro de 1968), no qual estabeleceu plenos poderes ao presidente para cassar mandatos, suspender direitos políticos e civis. (GUIA DO ESTUDANTE, 2010, p. 136).

A partir da análise da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968², definida como A Reforma Universitária de 1968, identificamos que o ensino superior tem como principal objetivo a pesquisa, assim como a formação de profissionais de nível universitário. Nela, estão contidas as normas de organização do funcionamento do ensino superior e sua conexão com a escola de nível médio, dentre outras providências.

Rocha (2005) ressalta esta reforma contribuiu para que os militares estabelecessem controle sobre as atividades desenvolvidas nas universidades; no intuito de subordiná-las ao projeto de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que definiam a escolha de seus dirigentes e realizavam o patrulhamento ideológico de docentes e discentes.

Amparada no AI 5³ e nos Relatórios Atacon⁴ (1966) e Meira Mattos⁵ (1968), a Reforma Universitária promoveu mudanças bruscas na universidade como a departamentalização e curso parcelado por créditos, promovendo a fragmentação da graduação (ROCHA, 2005).

Outra medida estabelecida pelo governo, em 1968, foi a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que reafirmava, no art. 2º, que o ensino superior era indissociável da pesquisa, sendo proporcionado em universidades, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições públicas ou privadas.

De acordo com MACEDO et al (2005, p. 129), esta lei oportunizou um modelo único de instituição de ensino superior, no qual a pesquisa estava inserida no cotidiano acadêmico e a extensão recebia uma função escassa, restrita a mudanças e resultados à sociedade, onde os estudantes tinham a oportunidade de participar de programas que levassem a melhoria da condição de vida da sociedade.

Na década de 1970 um amplo conjunto de normas e regulamentos foram criados para fortalecer a reforma universitária, em conjunto com algumas decisões do Conselho Federal de Educação, que possibilitavam a expansão da educação superior com a criação de faculdades

² Revogada pela Lei nº 9.394 de 1996, com restrição do artigo 16, alterado pela Lei nº 9.192 de 1995.

³ Sancionado em 13.12.1968, durante o governo do general Costa e Silva, o Ato Institucional n. 5 vigorou até 1978 e constou de uma série de ações arbitrárias direcionadas para as pessoas e instituições que fossem declaradas inimigas do regime militar (D'ARAUJO, s.d.)

⁴ Preconizava a necessidade de encarar a educação como fenômeno quantitativo que precisa ser resolvido com máximo rendimento e mínima inversão, sendo o caminho adquirido para tal fim a implantação de um sistema universitário baseado no modelo administrativo das grandes empresas. (CHAUÍ, 2001, p. 47)

⁵ Preocupava-se com a falta de disciplina e de autoridade, exigindo a recondução das escolas superiores ao regime de nova ordem administrativa e disciplinar; refutava a ideia de autonomia universitária, que seria o privilégio para ensinar conteúdos prejudiciais à ordem social e à democracia; e interessava-se pela formação de uma juventude realmente democrática e responsável que, ao existir, tornaria viável o reaparecimento das entidades estudantis de âmbito nacional e estadual. (idem)

isoladas, salientando a frustração do modelo único de organização. A universidade será estabelecida como principal fonte de desenvolvimento das atividades de pesquisa e de extensão.

A década de 80 foi marcada pela crise econômica e o fortalecimento das lutas pela redemocratização do país. Neste período o setor público e privado foi alcançado pela estagnação na educação superior, o crescimento dos cursos noturnos nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

A redemocratização do país e a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988, resultaram na abordagem da educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo esta ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, art. 205), tendo os seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, art. 206).

Ainda que a Constituição tenha como prioridade a regulação da educação fundamental, Cezne (2006) destaca que os princípios elencados acima referentes a igualdade de oportunidades, liberdade de pensamento, pluralismo de idéias, gratuidade do ensino público, valorização dos/as profissionais, gestão democrática, padrão de qualidade e piso salarial, devem ser observados para oferta do ensino superior, ainda que se reconheça a necessidade de adaptação da definição e conformação próprias.

No que diz respeito ao ensino superior, a Constituição estabeleceu a “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, e a defesa do “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 205, 207).

Vieira (2007) ressalta que esta consiste na primeira Carta Magna que trata da autonomia universitária, destacando as áreas didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial, conforme explicitamos na citação utilizada acima.

Ressaltamos que a Constituição de 1988 avança ao considerar a educação como integrante dos direitos sociais e incentivar a criação das diretrizes e bases da educação nacional, o estabelecimento do Plano Nacional de Educação, com duração decenal, bem como estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a manutenção do ensino em seus diversos níveis.

1.1.1 A Política de Educação Superior no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Conforme observamos no item anterior, a educação passa a ser considerada direito social a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Considerando, entretanto, que as legislações e direitos sociais são efetivados e garantidos em consonância com os contextos econômicos, sociais e políticos, ressaltamos que os anos de 1990 serão marcados por profundos retrocessos no campo dos direitos e políticas sociais, a partir da adoção do receituário neoliberal pelos governos Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Desta forma, destacamos que na década de 1990, o contexto internacional é marcado pelo ideário neoliberal no qual surge após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo, “com a chegada da grande crise do mercado econômico do pós-guerra, em 1973. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno”. (ANDERSON, 1995, 9).

Na América Latina, por exemplo, o Chile foi a experiência pioneira com relação ao neoliberalismo, onde acarretará em regimes de ditaduras militares, alegando a composição de um Estado Mínimo, com a indispensabilidade do desmonte das conquistas sociais e a expansão do mercado.

O Brasil, conforme mencionamos anteriormente, ao vivenciar a fase de redemocratização, seguirá as determinações do Consenso de Washington, que visava o desenvolvimento e a expansão do neoliberalismo, no qual faz parte da corrente de reformas

neoliberais, que estão centradas na desregulamentação do mercado, a abertura comercial e a redução do papel do Estado, e das receitas neoliberais, a partir da adoção por parte dos governos Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique, que resultará em uma série de transformações fundamentadas pela proposta neoliberal, que se encontrará na fase hegemônica.

O governo de Collor de Mello foi um governo de estabilização, onde ocorreu o confisco monetário, poupanças e contas-correntes, o congelamento dos salários e dos preços. Na educação superior, onde estava articulada às demandas da reforma do Estado, foi respaldado num comportamento centralizador, autoritário e controlador por parte do Estado com relação às instituições de ensino superior. (ZAINCO, 2008, p. 829).

No governo Itamar Franco, a educação foi tratada e elaborada a partir das noções de equidade, competitividade e eficiência da educação. Já para o ensino superior, irá partir da lógica de modernização e economia globalizada. O projeto Brasil Novo, abordado neste governo, no qual estava fundamentado no ideário do Consenso de Washington.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ocorreu a Reforma do Estado, sendo conduzida sob as diversas medidas tanto de ajustes fiscais como estruturais, a privatização de empresas públicas e o desligamento com o fortalecimento da proteção social. Uma dessas medidas foi à reforma educacional.

A Reforma do Estado tende a ser compreendida num contexto de redefinição do papel do Estado, no qual deixa de ser o principal responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, fortalecendo assim a função de regulador de tal desenvolvimento. (BRASIL, 1995).

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995), a Reforma do Estado envolve diversos aspectos:

O ajuste fiscal devolve ao Estado a capacidade de definir e implementar políticas públicas. Através da liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações. O programa de privatizações reflete a conscientização da gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do Estado de promover poupança forçada através das empresas estatais. Através desse programa transfere-se para o setor privado a tarefa da produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente. Finalmente, através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle.

Mancebo (2004, p. 848) nos anos 1990, com a descensão das políticas neoliberais no país, os principais eixos foram o ajuste fiscal e a implantação de um Estado mínimo, tomou curso um controle e/ou corte nos gastos públicos, de dimensões drásticas, além da progressiva privatização de empresas estatais e de serviços públicos de uma maneira geral. [...] A privatização e a constituição do setor público não-estatal seriam os grandes instrumentos de execução dos serviços, que assim não demandariam o exercício do poder do Estado, mas apenas o seu subsídio.

Outra questão que emerge na década de 90 foi a privatização brasileira, no qual ocorreu o oferecimento de uma parte do patrimônio público ao capital estrangeiro, levando assim ao desmonte das políticas, o aumento do desemprego e da violência. Neste momento o ensino superior irá caminhar a passos largos, num modelo competitivo, onde ocorre o crescimento do número de universidades de ensino e enfraquecendo aquelas universidades que associam ensino, pesquisa e extensão, e o aumento da lógica de privatização.

É neste contexto que o governo de FHC realizou uma segunda fase da reforma da educação superior, iniciada durante a Ditadura Militar, onde esta passa a ser considerada como um serviço público não-estatal, com a inflexão do Estado perante a educação superior, reduzindo assim as verbas públicas para o financiamento da mesma, estimulando o empresariamento do ensino superior com a aparência de democratização do acesso a educação, como pode ser observado em Ferreira (2012)

No governo de FHC, as diretrizes políticas passaram pela tentativa da caracterização da educação superior como um serviço público não estatal, da diminuição significativa do financiamento estatal na manutenção das universidades federais, da mudança do papel do Estado, de financiador para regulador; da privatização; do incentivo de fortes alternativos de financiamento; das parcerias público-privadas; da diferenciação e competitividade entre instituições; da expansão de baixo custo; do ensino a distância; dos sistemas de avaliação; da formação para atender ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as universidades passaram a ser vistas a partir de uma visão mais pragmática (p. 461).

Desta forma, a educação superior passou por reformulações e o papel do Estado, ressaltado na Reforma do Estado, deixa de ser financiador pra ser regulador, ampliando a competitividade entre as instituições de educação superior, a abertura para a educação à distância, sendo assim, as instituições passaram a ser observadas numa visão prática.

Destacamos que as ações voltadas para o ensino superior se concentraram na normatização, a partir de um conjunto de leis que instituem mecanismos de avaliação, como o

Enem; e enfatizando a concepção de universidade centrada no ensino, fragilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; dada maior visibilidade as políticas do Ministério da Educação (MEC), a dissolução do Conselho Federal de Educação (CFE) e a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi concedido maiores poderes ao setor privado para estender a educação superior.

No ano de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, que proporcionou uma nova determinação jurídica para a educação, no qual foi introduzida diversas modificações na área da educação superior. Tratando a autonomia universitária, reassegurou a possibilidade de criação e extinção de cursos, de acordo com o número de vagas para cada um, importantes fundamentos para a harmonia com as instituições privadas. Não especifica os exames e concursos de vestibulares, fazendo alusão à aprovação em processos seletivos, requisitando a conclusão do ensino médio como condições para o candidato seja recebido em cursos de graduação, esta omissão abriu portas para as IES adotarem diversas maneiras de admissão dos estudantes.

Para esse novo governo era necessário flexibilizar e diversificar a oferta de educação superior, de maneira que possibilitasse surgir outras estruturas institucionais e organizacionais e que as instituições existentes, em especial as universidades, pudessem repensar sua identidade e desenvolver competências mediante a associação com as demandas e exigências na região, do setor produtivo e do mercado de trabalho. (BRASIL; MEC, 1996)

Na “reforma” do governo FHC, compreendeu-se que a efetividade do modelo único havia terminado e seria inviável de se adaptar a nova economia mundial, pois era inerte e inflexível às demandas, exigências e desafios atuais. E nessa nova organização das IES que ocorreu sua diversificação e rompe com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, exigindo apenas das instituições universitárias, portanto, o governo propõe um modelo diversificado e flexível, que atende as demandas e as mudanças econômicas e sociais do país.” (FERREIRA, 2012).

Após a segunda metade da década de 90, se intensifica a expansão da educação superior, que tem um crescente aumento em seu sistema⁶. Será neste momento em que o MEC adota uma política progressiva e de sufocamento das universidades, para em seguida poder apresentar como uma alternativa a concordância de autonomia administrativa às universidades, como maneira de compensar a ausência financeira.

⁶Entre 1995 e 2000 o número de instituições cresce 32%. (MACEDO et al, 2005, p. 130)

Com o neoliberalismo vigente, o processo de expansão do acesso à educação superior, e a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas. Portanto no governo de FHC, foi realizado um reordenamento interno das universidades públicas, em particular as Instituições Federais de Ensino Superior tendo como forte a privatização e a abertura para a educação à distância.

É aprovado em 9 de janeiro de 2001 a Lei nº 10.172, o chamado Plano Nacional de Educação, que em linhas gerais reafirmou a transferência de responsabilidades do Poder Público para a sociedade no que diz respeito ao financiamento da educação e sua concepção de gestão educacional dando ênfase na informação, controle e gerenciamento profissional. Com relação a educação superior, reafirmou a política de diversificação das IES e de suas fontes de financiamento. (LIMA, 2007).

Lima (2007) ressalva que durante o governo FHC o Brasil atravessou uma fase anti-reforma universitária ou uma reforma universitária consentida pelo capitalismo. Com o aumento do empresariamento do ensino superior, o governo expandiu a privatização interna das universidades públicas, com a aparência de democratização e acesso a educação. Estes nortes políticos e pedagógicos apresentam continuidade como estratégias norteadoras para a reformulação da educação superior no Brasil, sendo aprofundada com o gerenciamento do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

1.1.2 A Política de Educação Superior no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Com o fracasso da estratégia neoliberal que marcou a década de 1990, se faz necessário a reformulação do pensamento neoliberal, que ficou conhecida como Pós-Consenso de Washington. (BARUCO, 2005, p. 57-58). O governo Luiz Inácio Lula da Silva, será caracterizado pelo novo-desenvolvimentismo, no qual passará a oferecer um novo caminho às políticas neoliberais.

A educação no governo Luiz Inácio Lula da Silva, apresentou a defesa da educação como direito social básico e universal, como prioridade do novo modelo de desenvolvimento econômico. Com relação à educação superior, já assinalava algumas fragilidades: como 1. democratização do acesso, 2. o financiamento da educação, 3. a respeito a Educação à Distância e 4. intenso processo de criação das fundações de direito privado no interior das IES públicas. (LIMA, 2007).

[...] Por meio de uma série de reformas na política educacional, expressas na seguinte pauta de ação política: a) o estabelecimento de parcerias público-privadas (PPP) para o financiamento e a execução da política educacional brasileira: do combate ao analfabetismo à implementação da educação fundamental, do ensino médio e da educação superior e b) a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização da educação superior à distância. (LIMA, 2007, p. 152-153).

Portanto, essa pauta tem como pressuposto, a educação introduzida no setor de serviços não excluídos do Estado. Na maneira em que a educação é um “bem público” e as instituições públicas e privadas prestam este serviço público não-estatal, será nacionalizada a colocação de verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas, desfazendo assim, a marca entre o setor público e privado.

[...] o governo Lula da Silva, dando continuidade aos eixos centrais da política neoliberal do governo Cardoso, reduz os gastos com as universidades públicas, amplia as verbas com o crédito educativo, revitalizando o acesso às universidades privadas, e faz referências às universidades corporativas, aos cursos não-universitários e à educação superior à distância como estratégias de acesso à educação superior. A pressão dos organismos internacionais e de empresas estadunidenses e européias para a abertura do setor educacional brasileiro, no sentido de comercialização da educação superior, foi incentivada pelo MEC, sob a condução do ministro Cristovam Buarque. As parcerias com as universidades estrangeiras para a venda de pacotes tecnológicos e o fortalecimento de cursos de graduação à distância são algumas das propostas que estiveram no centro do debate sobre a reformulação da educação superior e que seriam retomadas e aprofundadas em 2004, sob a condução do socialliberalismo do ministro Tarso Genro. (LIMA 2007, p. 165).

Retomando a discussão a respeito da “Reforma Universitária”, existem alguns aspectos de acordo com Santos e Cerqueira (2009, p. 9) que “sempre se fazem presentes no debate: gestão, autonomia acadêmica, e financeira, avaliação e regulação, estrutura e organização, democratização e acesso etc”. A Reforma da Educação Superior do governo Luiz Inácio Lula da Silva teve seu início, com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instaurava o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a responsabilidade de averiguar a educação superior brasileira e exibir um plano de ação tendo em vista a reestruturação. O relatório do GTI, com relação à universidade pública, onde foram colocados limites na educação presencial, mesmo com a expansão dos recursos, não ocorreria o aumento de

imediatamente das vagas nessas instituições, apresentando assim, a educação a distância como uma maneira viável.

Segundo o ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), a contra-reforma universitária é parte ativa e componente da segunda geração de reformas estruturais. Sua base de fundamentação política parte das seguintes concepções:

1. “A educação como bem público”. Esta concepção oportuniza a defesa da seguinte argumentação: na medida em que as instituições públicas e privadas prestam um serviço público, justifica-se a alocação de verba pública para instituições privadas (como ocorre com o Programa Universidade Para Todos – PROUNI), diluindo os conceitos de público e privado e retomando a noção de público não-estatal de Bresser Pereira – FHC;

2. “A justiça social como igualdade de oportunidade”. Desta forma caberá a cada indivíduo, a partir de suas competências e habilidades conquistar uma vaga nos cursos pós-médio (sequências, cursos de curta duração) ou nas universidades (ciclo básico ou integralizando o curso de graduação);

3. “O Estado como supervisor”. Destaca o papel do Estado na regulação do sistemas (elaboração da Lei Orgânica da Educação), sem fazer referências ao financiamento público para a educação pública. Reserva-se ao já amputado Estado brasileiro, no âmbito do ensino superior a “supervisão e a regulação”, já o financiamento do ensino superior público não está entre suas prioridades. (ANDES-SN, 2004, p. 14).

Em 2004, é criado por Tarso Genro o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (Geres). No qual em agosto de 2004, o Geres divulga o documento “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior.” Tendo os seguintes princípios:

- a) Educação é um bem público e direito básico e universal dos cidadãos, devendo ser entendida enquanto fator estratégico para a nação, para valorização de seu passado, fortalecimento de seu presente e criação de seu futuro;
- b) A Educação, como direito subjetivo, é um elemento de transformação pessoal e de participação na cidadania, devendo ser acessível a todos, em todas as fases da vida, constituindo-se em fator de justiça social, oferecendo equidade de oportunidades a todos os cidadãos, contribuindo para a redução de desigualdades regionais, sociais e étnico-culturais;
- c) A qualidade é indispensável para a garantia do papel social e político da Educação, a Universidade, em particular, deve constituir-se em elemento de referência. Deve, também, ser a expressão de uma sociedade democrática e pluricultural em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças. A Universidade é, também, o ambiente em que, especialmente, se reinventa a solidariedade e a partilha de saberes, promovendo a inclusão social e produzindo conhecimentos dirigidos à construção de um futuro melhor para todos;

- e) A missão central e estratégica do Sistema de Ensino Superior, tanto Público como Privado, no projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do país, é formar profissionais de qualidade, produzir ciência e tecnologia, assim como cooperar no entendimento do ser humano e do meio em que vive, gerando e divulgando conhecimentos culturais, científicos e técnicos. Deve, também, promover a profunda relação com a sociedade, valorizando a extensão como instância de mediação entre as Instituições de Educação Superior e a sociedade;
- f) A necessidade de reconhecer a pluralidade e a diversidade regional das Instituições do Sistema Federal, estabelecendo um novo marco regulatório de autonomia para as Universidades e de prerrogativas para Faculdades, Faculdades Integradas, Centros Universitários e Centros de Educação Tecnológica, em coerência com os princípios gerais de eficiência e responsabilidade, comprometendo a participação das comunidades, interna e externa, na supervisão dos rumos das Instituições;
- g) O papel do Estado é supervisionar a Educação Superior. A qualidade acadêmica necessita ser conjugada com relevância social e equidade, implantando um Sistema Nacional de Avaliação, cujos resultados se articulem com a Regulação, recuperando a capacidade do Estado de estabelecer padrões mínimos de qualidade. Da mesma forma, combater desigualdades sociais e regionais, e acompanhar e supervisionar o Sistema Federal de Ensino Superior, entendido este processo tanto em colaboração com a imprescindível melhoria de qualidade do Ensino Básico como conectando-se com a Pós-Graduação;
- h) O fortalecimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades;
- i) Gratuidade no ensino nas Instituições do Sistema Público Federal;
- j) Vínculo com os demais níveis de educação, em especial com a formação de professores do outros níveis de ensino. (MEC, 2004).

A base política de fundamentação do documento parte das seguintes concepções:

- a) a educação é considerada como um descaracterizado bem público; assim, o projeto advoga que se, todas as instituições – públicas e privadas – prestam este serviço público, poderia ser alocada verba pública para as instituições privadas e viabilizando o financiamento privado para as universidades públicas;
- b) a justiça social é concebida como igualdade de oportunidades; assim, caberia a cada indivíduo, a partir de suas competências e habilidades, conquistar espaço nos cursos pós-médios ou nas universidades;
- c) o Estado deve assumir seu papel como regulador das novas relações entre público e privado. LIMA (2007, p. 166-167).

O Ministério da Educação (MEC) delinea a realização da reforma universitária a conta-gotas, apresentando propostas ao Congresso à medida que se continua a discussão sobre a temática. “Esta reformulação “a conta-gotas” vem sendo realizada a partir de um conjunto de leis, medidas provisórias e decretos promulgados ao longo de 2004.” LIMA (2007, p. 169).

Leis e Decretos	Descrição
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004	Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em substituição do ENC, e a avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação do governo FHC. A lei passou a sofrer várias críticas, entre elas a de conter uma lógica produtivista e meritocrática em que o Estado prioriza o seu papel de avaliador e regulador.
Decreto Presidencial nº 5.205, de 14 de setembro de 2004	Regulamentou as fundações de apoio privadas das instituições federais de ensino superior.
Decreto Presidencial nº 5.225, de 1 de outubro de 2004	Dispôs sobre as organizações dos Centros Federais de Educação Tecnológica, e ,posteriormente, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004	A chamada Lei de Inovação Tecnológica. A lei permite a naturalização da aproximação entre conhecimento e mercado, [...] entre universidade e setor privado, possibilitando a subordinação da pesquisa científica e tecnológica às exigências do setor produtivo privado.
Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004	Introduziu as normas gerais para licitação e concentração de Parcerias Público-Privada no âmbito da administração pública, permitindo ao governo federal contratar parcerias público-privadas.
Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005	Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e normatizou a atuação de entidades beneficentes de assistência social na educação superior. O PROUNI representou uma tentativa diferenciada do governo Lula em relação ao governo de FHC de tratar a expansão do ensino superior associando o financiamento estatal das instituições privadas sem fins lucrativo, pela isenção fiscal.
Decreto Presidencial nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005	Normatização da educação à distância.

Quadro 1: Normativas para Reforma do Ensino Superior no Governo Lula (2004/2005)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ferreira (2012).

Enfatizando algumas das Leis abordada acima, será destacado com respeito ao financiamento das universidades, como já foi enunciado acima, o PROUNI, é um programa do MEC, criado em janeiro de 2005 pela Lei nº 11.096, que concede bolsas de estudos integrais e parciais de 50% em IES privadas, em cursos de graduação de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Outro mecanismo para o financiamento é o Financiamento Estudantil (FIES), o programa é destinado a financiar a educação superior de estudantes matriculados em IES privadas, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Em 2010 o FIES começou a atuar com um novo viés, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser Agente Operador do

Programa, fazendo com que os juros caíssem para 3,4% ao ano. Ao estudante foi permitido a solicitar o financiamento em qualquer época do ano.

Com a expansão da educação, pode ser apreendida com base, nas duas principais nucleações constituintes da nova face/fase do “milagre educacional” que serão operadas no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

[...] duas nucleações constituintes da nova face/fase do “milagre educacional” operada no governo Lula: i) a primeira, de fortalecimento do empresariamento da educação superior que direciona o interesse do empresariados na cobertura por cursos na área de humanas e ciências sociais aplicadas, devido aos baixos custos e alta lucratividade; ii) a necessidade de manutenção de um consenso social em torno das reformas estruturais realizadas pelo governo federal em absoluta consonância com as políticas dos organismos internacionais do capital. (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 41).

O governo Luiz Inácio Lula da Silva, inicia o processo de ampliação do ensino superior, com o argumento de democratização do acesso e permanência, pelo viés da reestruturação da rede de ensino, política de cotas, bolsas integrais ou parciais em IES privadas aumentando assim o número de vagas, matrículas e cursos nas universidades federais e privadas.

Em 2006 o Brasil contava com 2.270 IES, sendo 248 públicas envolvendo 34,9% dototal de alunos e 2.022 privadas, com 65,1% dos estudantes. Dessas instituições, 178 são Universidades, 92 públicas e 86 privadas, 119 são Centros Universitários, 4 públicos e 115 privados. Há 116 Faculdades Integradas, 4 públicas e 112 privadas e 1.649 Faculdades, Escolas e Institutos, dos quais 1.567 são privadas e 82 públicas (INEP,2006). Os CET/FaT⁷são 208, sendo 142 privados e 66 públicos. (PINTO, 2009, p. 10).

Será promovido o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, com o objetivo de incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura; e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento (BRASIL, 2007).

No segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva foi criado o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, foi a ampliação da educação superior. O REUNI surgiu com o objetivo de ampliação do acesso e a permanência na educação superior.

⁷CET - são Centro de Educação Tecnológica e FaT – são as Faculdades de Tecnologia. (PINTO, 2009, p. 10)

A proposta do atual governo brasileiro de “expandir o acesso e promove a permanência do aluno no ensino superior, independentemente da natureza da instituição a que pertença-que seja ela pública, privada, comunitária ou filantrópica” (HENRIQUES; LÁZARO, 2004, p. 40).

O sistema educacional superior brasileiro é diversificado, com diversas instituições com relação à qualidade e notoriedade, objetivos e entre outros aspectos. Com relação à quantidade de instituições de ensino superior, Dias Sobrinho & Brito, (2008, p. 489 e 495) aborda, “temos hoje 257 instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e 2.141 privadas. No universo das privadas, a grande maioria compõe-se de instituições com fins lucrativos, de qualidade duvidosa, sendo a menor parte constituída de instituições comunitárias e confessionais, sem fins lucrativos. As instituições de educação superior (IES) se organizam como universidades, centros universitários e faculdades. Segundo dados de 2007 do INEP/MEC, o Brasil possui 177 universidades, 185 centros universitários e 2.036 faculdades, sendo cerca de 90% destas instituições privadas e apenas 10% públicas. Das 2.398 IES, 92% são pequenas instituições que dedicam somente ao ensino e estão orientadas a fornecer um diploma mais aligeirado de curso superior aos alunos, com o objetivo de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho.”

Em 2010, já com a implantação do REUNI, ocorre um elevado número de campi totalizando 230, aumentando assim as IES no interior dos Estados, devido a descentralização regional, possibilitando assim o acesso ao ensino superior. (BRASIL, 2013, p. 168-169).

1.1.3 A Política de Educação Superior no governo Dilma Rousseff (2011-2014)

O governo de Dilma Rousseff, foi uma continuidade e reafirmação da educação superior do governo Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com Ferreira (2012, p. 466) onde coloca que “no governo Dilma, verifica-se o anuncio de um novo ciclo de expansão de universidades mediante a formatação de campus temáticos e multicampus.”

Em 2010, deu-se inicio a uma discussão com relação a um modelo para as universidades por meio da criação do consórcio das universidades federais do sudeste mineiro por iniciativa do Governo Federal. (FERREIRA, 2012, p. 467).

No ano seguinte é implementado o programa Ciência Sem Fronteiras, no qual é um programa que vem a promover a consolidação, a expansão e interiorização da ciência e tecnologia, numa inovação da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O projeto prevê a utilização de 101 mil bolsas em quatro anos para promover o intercâmbio, constituindo nos objetivos a seguir: 1. Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; 2. Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; 3. Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; 4. Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; 5. Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil. (BRASIL, 2010).

No governo Dilma, a política de ensino superior tem alguns parâmetros a serem inseridas pelas universidades, como a inovação e empreendedorismo, a competitividade, formação e atração do capital humano, mobilidade internacional, a universidade como agente de desenvolvimento social e econômico, focando nas áreas de estratégias/prioritárias de estudo e pesquisa, e na internacionalização da educação superior. (FERREIRA, 2012, p. 148).

Segundo Ferreira (2012, p. 469) as políticas para a educação superior do governo Lula e Dilma assumiram também a perspectiva da equidade social articulada com a concepção de desenvolvimento econômico, da capacitação de mão de obra e da elevação da empregabilidade da população, principalmente quando faz a opção da construção de campi de instituições federais de educação superior no interior do país.

Continuando no ano de 2011, o Governo Federal lança por meio de um Decreto nº 7.492, o chamado Plano Brasil Sem Miséria, tendo como objetivo a superação da extrema pobreza até o final do ano de 2014. Com o processo de ascensão social durante os últimos anos, foi decisivo para minimizar as desigualdades, a ampliação do mercado interno, fortalecimento da economia acelerando o crescimento do país. Tendo o desafio de retirar a população da extrema pobreza, rompendo com a fase da exclusão social. O Plano se organiza em três eixos principais, sendo: “um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.” (BRASIL, 2011).

A partir da realidade apresentada, Iamamoto (2011, p. 441) nos ajuda a fazer uma reflexão acerca do ensino superior na atualidade: “A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às demandas ‘flexíveis do mercado’ estimulam o reforço a mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às ‘normas do mercado’, parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na questão social. Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda isolamento do processo de ensino envolvido no EAD e falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária. Mas a questão central não é exclusivamente a modalidade de ensino à distância, que pode se mostrar uma técnica eficaz em diferentes situações se tratada com qualidade acadêmica e direção intelectual e política.

E em 25 de junho de 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, com vigência de 10 anos, no âmbito da educação superior o Plano Nacional de Educação aborda a ampliação das políticas de inclusão e de assistência, expandir o FIES e o PROUNI e entre outros, tendo como diretrizes as seguintes:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

Observamos que o governo Dilma Rousseff, teve uma ampliação da Educação Superior, no qual o crescimento de IES e os cursos técnicos tiveram visibilidade neste período, o novo Plano Nacional de Educação, onde tende a ampliar o FIES, PROUNI e entre outros meios de integrar o ensino superior.

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

A criação do Serviço Social no Brasil nos anos de 1930 aparece atrelado a Doutrina Social da Igreja e ao Serviço Social europeu de caráter caritativo e assistencialista, cujas. Será destacado desde sua criação até os dias atuais da formação profissional em Serviço Social.

A formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade tem como diretriz a Lei de Regulamentação da Profissão Lei nº 8.662 (1993), o Código de Ética do Assistente Social (1993) e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tendo sua construção alicerçada a partir de vários elementos que configuraram o cenário nacional no final da década de 1980.

Com a expansão da formação profissional em Serviço Social, com as primeiras escolas e o ensino superior como aspecto de democratização e a criação de mecanismos para o financiamento do ensino, aumenta-se o número de matrículas em faculdades, universidades, centros universitários e entre outros, concomitantemente na modalidade de Educação à Distância.

2.1 Breve histórico do Serviço Social e da formação profissional no Brasil

O surgimento do Serviço Social no Brasil ocorre em meados da década de 1930, impulsionado pela ação de vários setores da burguesia, respaldados pela Doutrina Social da Igreja⁸ e pelo Serviço Social europeu de caráter caritativo e assistencialista.

Destacamos que o momento histórico, social e político que possibilitou a criação do Serviço Social no país consistia no fim da República Velha e no início do governo de Getúlio Vargas (1934-1937) sendo promulgada a Constituição de 1934, com um caráter liberal, onde

⁸ A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros. (YAZBEK, 2009, p. 147)

colocava a garantia de autonomia estadual, tendo uma maior influência no setor econômico e social, os trabalhadores ganham relevantes mecanismos de proteção como tais, salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, entre outros.

É neste período que foi criado o primeiro centro de formação técnica especializada para a prestação de assistência, em meados de 1930, intitulado de Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que tinha como objetivo estimular a formação de seus participantes pelo estudo da Doutrina Social da Igreja e respaldar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento nos problemas sociais. E em 1936 é criada a primeira escola de Serviço Social de São Paulo, com o caráter de cursos relacionados a moral, filosofia, Doutrina Social da Igreja Católica, atuando na forma de potencializar os indivíduos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Tendo como base para formação em Serviço Social a Doutrina Social da Igreja, como falamos anteriormente, o Estado e a Igreja Católica utilizaram a profissão como meio e apoio para fazer frente aos problemas sociais, com o objetivo de aliviar e minimizar a pauperização, cabendo ao Serviço Social atuar no desenvolvimento de ações de controle da população trabalhadora, com iniciativas de cunho assistencialista, paliativa e normativa, com o intuito de rejeitar as possíveis mobilizações e reivindicações por melhoria da situação de trabalho.

De acordo com Martinelli (2011, p. 124), o “objetivo era abafar tais movimentos e controlar o nível de tensão da sociedade, que atingia seu ápice a cada momento, em setores diversificados, expressando-se através de manifestações coletivas, de paralisações e de greves.”

A perspectiva do Estado e da Igreja buscava, então, construir o consenso entre diversos setores da sociedade civil, numa tentativa de controle da ordem social, cujo discurso era aceito pelos grupos mais conservadores da sociedade, no qual estavam em um duradouro momento de tensão com os movimentos e reivindicações que marcavam o momento social.

Desta forma, ações de caráter assistencialista, paliativa e normativa eram utilizadas para fortalecer a construção deste consenso e atribuídas às mulheres da alta sociedade, pois julgavam-se ter uma moral e vocação perante a sociedade burguesa, com o discurso de que a mulher foi feita para compreender e ajudar as pessoas que mais precisam.

Retomando Iamamoto e Carvalho (2011, p. 182), destacamos no que diz respeito a chamada “vocação da mulher” que:

A vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades.

Conforme observamos na citação acima, coube à mulher a atuação na preservação da ordem moral e social, sendo classificada tal atribuição como vocação “materna”, visto que se defendia que a consciência da mulher era dotada da moral e bons costumes.

O Serviço Social, ao ser exercido pelas mulheres da alta sociedade com caráter de vocação feminina, passou a ser exigido que as assistentes sociais deveriam ter as seguintes qualidades, consideradas necessárias para a sua carreira profissional:

[...] ser uma pessoa de mãos íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela misericórdia, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 233-234).

Ressaltamos que tais critérios eram utilizados para definir a entrada no curso de Serviço Social e para desenvolver as atividades consideradas pertinentes a assistentes sociais, nos quais se destaca a moral como fundamento para os demais critérios.

Com o chamado Estado Novo⁹ (1937-1945), criado por Getúlio Vargas, com caráter autoritário e garantindo a intervenção do Estado em boa parte das áreas pública e privada, importantes avanços nas políticas sociais e econômicas, neste período, foram produzidas e consolidadas garantias aos trabalhadores, como a criação da legislação trabalhista através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o avanço da industrialização no país, criando as bases para a entrada do capitalismo monopolista.

⁹O mandato de Vargas se encerraria em 1937, ainda tentando convocar novas eleições, arquitetando assim um autogolpe de governo. Criando publicações falsas em jornais da época sobre o Plano Cohen, que consistia em um documento falso, atribuído ao Partido Comunista que afirmava que os comunistas iriam tomar o poder e implantar um governo socialista. Desta forma, a solução adotada foi a permanência de Vargas na presidência, amplamente anunciada pelas rádios a instituição de uma nova ordem do país: o Estado Novo.

De acordo com Netto (2001), esta inserção ocorre nas décadas de 1940 e 1950, destacando a idade dos monopólios tinha como especificidade o crescimento dos lucros capitalistas através do controle dos mercados e o crescimento da taxa de afluência de trabalhadores ao exercito industrial de reserva. Além disso, o capital monopólico demanda um poder extra-econômico do Estado, exigindo que as funções políticas do Estado sejam imbricadas organicamente com suas funções econômicas.

Tais mudanças resultarão em novas demandas para o Serviço Social, no que diz respeito à formação e à atuação profissional, como também contribuirá com a adoção de novas bases teóricas e metodológicas, contribuindo com a institucionalização do Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho.

O Serviço Social, terá o seu ensino normatizado através da Lei nº 1.889 de 13 de junho de 1953, que dispôs sobre os objetivos do ensino em Serviço Social e sua estruturação e sobre os portadores de diplomas de Assistentes Sociais. Em seu Art. 1º o ensino do Serviço Social tem os seguintes objetivos: I - Prover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social; II - Prover a formação do pessoal habilitado para execução e direção de órgãos do Serviço Social e desenvolvimento de seus ramos especiais. (BRASIL, 1953).

Com a influência do pensamento positivista¹⁰ e funcionalista¹¹, utilizados pelo Serviço Social norte-americano, o Serviço Social no Brasil passará por um momento de tecnificação, a partir da utilização do Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade, revelando a necessidade da formação técnica especializada.

De acordo com Piana (2009, p. 91) o Serviço Social de caso e o Serviço Social de Grupo, no qual ambos tinham a solução dos problemas pessoais, relacionamento e socialização, O Serviço Social de Comunidade, com uma forma de intervenção ao atendimento do projeto de influência norte-americana.

¹⁰ Restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. (YAZBEK, 2009, p. 147)

¹¹ É absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção. (Ibdem, p. 148)

Diante desta conjuntura, destacamos que no decorrer da década de 1940, são criadas várias Escolas de Serviço Social nas capitais do país¹², apoiadas financeiramente pela Legião Brasileira de Assistência¹³, como é possível observar no quadro abaixo.

ESTADO	ANO E FUNDAÇÃO
Pernambuco	1940, fundada por Juízo de Menores
Paraná	1944, fundada pela ação da Juventude Universitária Católica
Rio Grande do Sul	1945, fundada a partir da V Semana de Ação Social, sob os auspícios dos Irmãos Maristas
Rio Grande do Norte	1945, fundada pela Juventude Feminina Católica e legião Brasileira de Assistência.
Bahia, Minas Gerais e Amazonas.	1945

Quadro 2. Escolas de Serviço Social que tinham o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência
Fonte: Elaborado pela autora com base em Iamamoto e carvalho (2011)

Diante do que foi observado com relação ao quadro acima, pode-se analisar que boa parte das instituições de ensino para o profissional de Serviço Social, ficou restrita apenas as capitais do país, e os seus financiamentos sendo oportunizados por instituições de diversas localidades do país.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2011), as primeiras áreas de atuação dos Assistentes Sociais foram: os Centros Operários e Círculos de Formação para Moças, Departamento Estadual do Trabalho, Departamento de Assistência Social do Estado, Juizados de Menores, Serviço de Proteção aos Imigrantes, Centros de Famílias e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

O que contribui para o reconhecimento da profissão, regulamentada pela Lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957, enquanto uma das primeiras profissões da área de cunho social a ter sua lei de regulamentação profissional aprovada.

¹² A única turma a alcançar a formação em Serviço Social foi a de Pernambuco em 1947. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 198)

¹³ A primeira instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, é organizada em seqüência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo declarado será o de “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados,e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra”. (ibdem, p. 265)

Contudo, destacamos que a atuação do Serviço Social mantém o caráter assistencialista e caritativo, reforçando e validando o Serviço Social tradicional ao mesmo tempo, imprimindo condições novas para a institucionalização do Serviço Social.

Com a Erosão do Serviço Social tradicional no início da década de 1960, ocorrendo o amadurecimento de setores da categoria profissional, com relação a outros profissionais (equipes multidisciplinar), a separação da Igreja Católica, tendo neste período a forte influência dos movimentos sociais, sobretudo, o movimento estudantil (NETTO, 2011, p. 139).

Foi no seio da Ditadura Militar e das lutas sociais, trabalhado no capítulo anterior, que o mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social cresceu e expandiu, assim como as unidades de formação de assistentes sociais, a partir da necessidade de que ocorram mudanças relevantes para atender o crescente aumento de demanda e para se compreender a própria profissão dentro do momento contraditório que se encontrava o Serviço Social, favorecendo assim o início do processo de construção do Movimento de Reconceituação¹⁴/Intenção de Ruptura¹⁵ como designa alguns autores.

O Movimento de Reconceituação na América Latina ocorre entre os anos de 1965 e de 1975, tendo aproximações com a teoria marxista de modo superficial, tendo acesso as leituras secundarias com relação a Marx, e não diretamente a suas obras. Será neste momento em que os assistentes sociais irão se aproximar dos movimentos sociais, tentando acabar com seu posicionamento neutro e tomar uma decisão a favor da classe trabalhadora.

O amadurecimento da profissão no Brasil, ocorre através da inserção do Serviço Social no âmbito acadêmico no decorrer da década de 1960, com o Movimento de Reconceituação no Brasil possibilitando as três perspectivas de renovação profissional, a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a perspectiva de intenção de ruptura ou vertente marxista.

No que diz respeito a primeira vertente, a Perspectiva Modernizadora, Netto (2011) afirma que seu desenvolvimento ocorre com mais força entre os anos de 1960 e 1970, tendo sua matriz teórico-metodológica funcional e positivista, com o núcleo central no qual o

¹⁴ O Movimento de Reconceituação surge com a proposta de rompimento com o conservadorismo pragmático e o tradicionalismo, o Serviço Social busca ter neste novo caminhar um olhar crítico à realidade apresentada, de forma a querer renovar a questão teórico-metodológica. (SOUZA; PORTES, sd, p. 5).

¹⁵ A intenção de ruptura deveria constituir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissional. (NETTO, 2011, p. 250)

Serviço Social é interveniente, dinamizador e integrador no processo de desenvolvimento, o caráter modernizador é de aceitar como questionável a ordem ditatorial, pretende atribuir um caráter tecnocrático ao perfil profissional com um conteúdo reformista. Com relação à Reatualização do Conservadorismo, o autor explicita que é a recuperação do conservadorismo individualista e psicologizante no Serviço Social, sua matriz teórico-metodológica é a fenomenológica (vertentes de Husserl e Ponty), tem repudia ao positivismo e ao marxismo no Serviço Social, ocorre a valorização do traço microscópico de Serviço Social, se intitulava a “terceira via” do Serviço Social, com um subjetivismo exarcebado e uma ajuda psicossocial pela via fenomenológica. Já a terceira vertente, a Intenção de Ruptura ou Vertente Marxista, tem a pretensão de rompimento com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador, sua matriz metodológica é o marxismo, e a sua limitação de início é o marxismo sem Marx, com leituras secundárias.

Com o autoritarismo e as coibições da Ditadura Militar, os profissionais começam a criticar os seus métodos, desencadeando no método de BH, no qual criticava as próprias práticas tradicionais, como afirma Netto (2011, p. 276-277):

O método que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele corou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social.

Portanto, tem-se o método como norte para a crítica da própria metodologia utilizada pelos profissionais de Serviço Social, dedicando-se assim, a pauta que continha os aparatos acadêmicos para a formação e a intervenção do profissional de Serviço Social.

Diante deste contexto de rebeldia dos anos 1960 que foi vivenciado pela população, houve uma revisão no primeiro Código de Ética, em 1965, instituindo-se um novo código, no qual esse tinha um embasamento na filosofia humanista-cristã traçado pelo neotomismo e positivismo.

A Reforma Universitária de 1968 contribuiu para um significativo aumento nos cursos de serviço social, no âmbito universitário e em escolas isoladas. Identificando que o ensino superior teve como objetivo a pesquisa, a formação de profissionais de nível universitário.

A partir da década de 1970 existia um posicionamento crítico dos(as) assistentes sociais, no período ditatorial, no qual apresentava a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. É neste momento em que os assistentes sociais assumem uma postura inquietante e questionamentos, com relação ao procedimento do capitalismo que carregava consigo uma característica de desenvolvimento de exclusão e subordinação. Porém visava-se a crítica a esta realidade em sua totalidade, conduzido pelo Movimento de Reconceituação.

No decorrer da década de 1970 ocorre à inserção do Serviço Social nas universidades públicas e privadas, quando as questões relativas à revisão curricular dos cursos de Serviço Social debates que foram produzidos pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social¹⁶ (ABESS).

Com a reforma ocorrida no mercado de trabalho, o fortalecimento das categorias e o seu amadurecimento na produção intelectual do Serviço Social, uma nova direção é assumida pela profissão no final da década de 1970, que é denominada por Netto (2011) intenção de ruptura, já mencionada acima.

A década de 1980 foi marcada pelas lutas de redemocratização e os diversos movimentos sociais, mas também por uma intensa crise econômica que implica na estagnação da educação superior no setor público e privado, fazendo assim, com que os cursos noturnos do setor privado tenha um crescimento significativo.

Neste período, o Serviço Social se apropria da teoria marxiana, através de leituras secundárias com relação a teoria de Marx, foi na década de 1990 que de fato o Serviço Social se apropria da teoria de Marx, no qual será debatido no ponto seguinte.

Com relação ao pluralismo que a profissão adquire, será uma questão relevante da década de 1980, onde vem-se construindo diversos debates e reflexões na categoria do Serviço Social. O Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986, onde o Serviço Social ganha visibilidade e credibilidade com a população usuária, ocorrendo também o avanço no setor de produção acadêmica impulsionada pela pós-graduação e demais níveis de titulações, conectando-se assim a tradição de pesquisa. (PIANA, 2009, p. 112).

As conquistas que foram alcançadas com a Constituição Federal de 1988, implicam nos direitos sociais como a Seguridade Social, abordada no Art. 194 onde compreende um conjunto interligado de ações dos poderes públicos e sociedade, atribuídas a assegurar os direitos relacionados à saúde, previdência e assistência social.

¹⁶ Atualmente, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

Com a Redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, o país se insere em um novo contexto histórico, cujos desafios de consolidação dos direitos sociais assegurados na Constituição encontraram como pano de fundo o contexto de focalização da pobreza, transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, a redução do Estado implantando pelos governos sob orientação neoliberal, que resultaram em importantes questões para a formação e exercício profissional no âmbito do Serviço Social, como veremos adiante.

2.2 Serviço Social e formação profissional nos anos 1990

Conforme evidenciamos, o Serviço Social brasileiro passa, a partir de 1970, por um processo de redefinição e reflexões sobre a origem, a formação e a atuação no Serviço Social resultando em importantes avanços e mudanças nos anos seguintes. A partir das mudanças instituídas pela Redemocratização do país e dos avanços sociais conquistados no texto constitucional, assim como motivados pelos processos de reflexão deflagrados pelo Movimento de Reconceituação, o Serviço Social fortalece, em meados dos anos 1990, a construção do seu Projeto Ético-Político, especialmente, a partir da aprovação da Lei 8.662 de 1993, do Código de Ética Profissional de 1993 e das Diretrizes Curriculares de 1996.

Iamamoto (2009) destaca que o Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se e renovou-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica no campo dos valores, da ética e da política, realizando um forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, como também buscando adequar criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente. Desta forma, destaca a autora, que o Serviço Social fez um radical giro na sua dimensão ética e no debate nesse plano: constituiu democraticamente a sua base normativa, expressa na Lei de Regulamentação da Profissão, que estabelece as competências e as atribuições profissionais, e no Código de Ética do Assistente Social, de 1993.

A revisão do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1986 ocorreu em 15 de março de 1993, tendo sido aprovado a partir das resoluções estabelecidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 290/94 e 293/94. Essa revisão, tem dois níveis de alterações, em primeiro a reafirmação dos valores fundantes (liberdade e justiça social), articulando-se a partir da determinação da democracia e em segundo, com relação a

normatização do exercício profissional de modo que sejam garantidos os direitos e deveres profissional, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do usuário.

Desta forma, o Código de Ética de 1993 tem como princípios fundamentais os seguintes:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BRASIL, 1993).

Segundo Netto (2009, p. 155) a dimensão política deste projeto é claramente enunciada, visto que se vincula a um projeto societário propondo a construção de uma nova ordem social:

[...] ele se posiciona a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente *democrático* – considerada a *democratização* como *socialização da participação política* e *socialização da riqueza socialmente produzida*.

O projeto implica num compromisso com a competência, o aperfeiçoamento intelectual do profissional do Serviço Social, enfatizando a formação acadêmica de qualidade, nas concepções teórico-metodológicas, preocupando-se com a (auto)formação permanente.

Retomando a leitura de Yamamoto (2009), há outros pilares em que se apóia o projeto profissional são; a legislação relativa à regulamentação da profissão, que representa uma defesa da profissão na sociedade e as diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social, que vêm sendo construídas coletivamente no bojo do processo de renovação do Serviço Social nos vários países.

A Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, onde tratará sobre a profissão de Assistente Social, estabelecendo como atribuições privativas de assistentes sociais as seguintes:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL, 1993).

Em meados de 1996, é aprovada as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social pela Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 6), estabelecendo que a formação profissional implica a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, e possui como princípios, a flexibilização do currículo, rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, adoção da teoria crítica, superação da fragmentação dos conteúdos na organização do currículo, os princípios formativos das dimensões investigativa e interventiva, assim como a ética, o caráter interdisciplinar, o exercício do pluralismo e “a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão”.

O documento discorre ainda sobre os princípios e diretrizes curriculares da formação profissional, a nova lógica curricular “que favorece uma nova forma de realização das

mediações nela tratada, que deve permear toda a formação profissional, articulando o ensino, pesquisa e extensão”, estabelecendo três núcleos de fundamentação: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, onde este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. 2) Núcleo de fundamentos da formação socio-histórica brasileira, remete-se ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, este núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Juntamente as matérias básicas do curso e entre outros. (ABEPSS, 1996).

Pereira (2008, p. 177) destaca que as diretrizes curriculares contribuem para aperfeiçoar a formação profissional “preocupando-se com a plenitude da competência destes profissionais em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”.

Com o apoio de diversas entidades do Serviço Social, como a ABEPSS com a função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, e a articulação entre a graduação e a pós-graduação.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que tem a atribuição de orientar, fiscalizar, normatizar, e defender a atuação profissional do (a) assistente social no país, em concomitância com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Além de sua atribuição estarem contidas na Lei de Regulamentação da Profissão.

Também, juntamente com as demais entidades tem a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social é a partir de 1993 que a Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SESUNE), passando de Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Podemos concluir que o Serviço Social no anos de 1990 obteve um nível alto de qualidade diante da sociedade, adquirindo visibilidade, através do Código de Ética do Assistente Social e as diversas normatizações, e as relevantes alterações já mencionadas no capítulo anterior com relação ao ensino superior e as suas reformulações.

Os anos 1990 no Brasil foram marcados pela reestruturação da acumulação capitalista e avanço do neoliberalismo, responsáveis por redirecionar a intervenção do Estado com relação a questão social¹⁷ e as políticas sociais que passam a ser submetidas as políticas de consolidação da economia, direcionadas para execução da sociedade civil sob o discurso da filantropia e a focalização da pobreza na esfera do Estado.

Tais processos dificultam a implementação e a efetivação dos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, conforme Santos (s.d., p. 12) destaca que:

Essa Constituição vem para garantir direitos, mas o Estado não dá suporte para que os mesmos sejam efetivados, porque nesse momento há também o processo da “reforma do Estado” ou melhor, uma “contra-reforma”, pois a reforma se deu apenas no âmbito do econômico e político, já que a área social foi totalmente afetada. Esse momento histórico é resultado do adentramento da política neoliberal, processo este que provocou a retração da atuação do Estado na área social desencadeando a privatização, a descentralização, e a publicização, caracterizada pela transferência de responsabilidades para a sociedade civil em diversas formas.

Diante deste contexto de retração do Estado na área social e a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil na década de 1990, o para a categoria do Serviço Social com diversas normatizações, leis, código de ética e a regularização do exercício profissional.

2.3 Formação em Serviço Social e as exigências atuais

Com a entrada do novo milênio, a década dos anos 2000 foram caracterizados com o aumento dos cursos de Serviço Social em todo o Brasil, possibilitando a entrada da privatização e mercantilização do ensino superior. O governo Luiz Inácio da Silva, no que diz respeito ao ensino superior onde aborda a educação com o aspecto de democratização do acesso, os programas de financiamento da educação já mencionados no capítulo anterior e a Educação à Distância.

O que se define como exigência básica para a formação profissional do assistente social é abordada por Carvalho et al (1984) que no quais são:

¹⁷ Apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2009, p. 176)

1. compreensão da sociedade brasileira na sua lógica de organização e de transformação, capacitando o profissional a analisar as condições objetivas de sua prática;
2. capacitação teórico-prática do profissional para trabalhar em nível das condições reais da sociedade, atendendo às demandas estabelecidas pelas classes sociais à profissão, contribuindo para a criação de novas demandas de ação a partir das possibilidades dadas pelo próprio movimento da história;
3. capacitação do profissional para a produção de conhecimento sobre a prática profissional e a realidade social em que se insere.

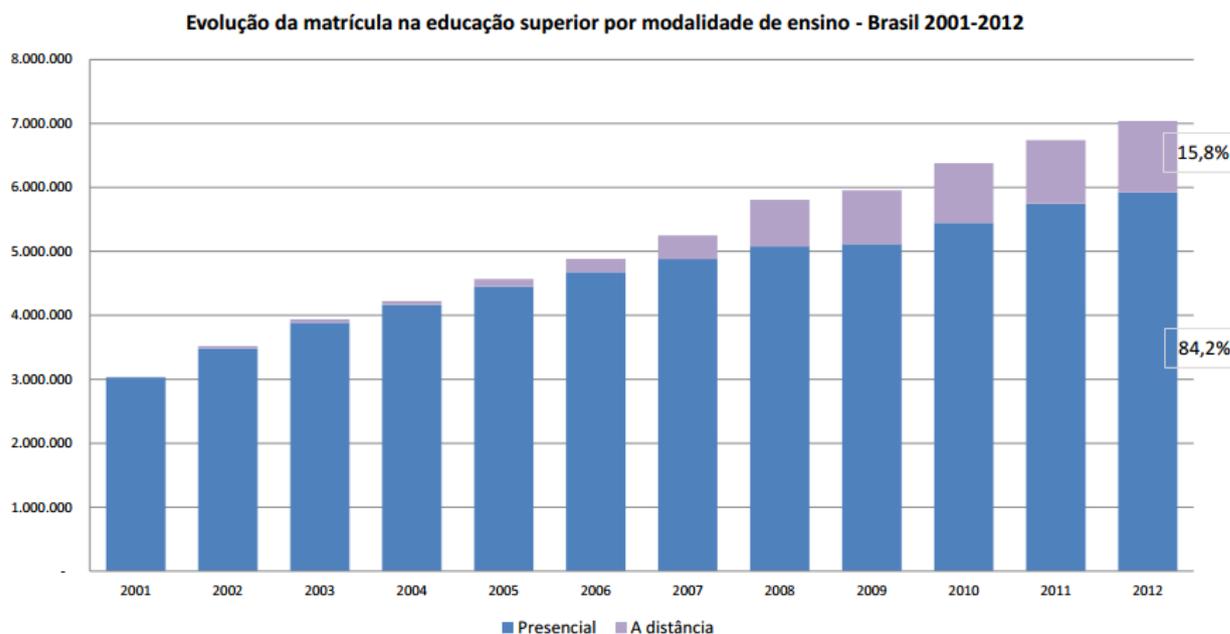
Tendo a compreensão histórica da sociedade brasileira, capacitando os profissionais para ter uma análise de seu exercício profissional, com o bojo teórico-prática para atender as demandas postas pela sociedade, produzindo capacitações para o profissional e sua prática diante da realidade social em que se está inserido.

Nos anos do capitalismo neoliberal, ocorreu reformulações diante da educação, no qual já foram trabalhados no capítulo anterior, onde isso irá repercutir diretamente na formação profissional do Serviço Social, como a expansão do ensino superior no setor privado, no setor público com o REUNI, a ampliação da Educação à Distância.

Com o respaldo do Código de Ética do Assistente Social (1993), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), e a Lei de Regulamentação da Profissão Lei nº 8.662/93, no qual fortalecendo a categoria profissional e ampliando a formação de qualidade, tendo o embasamento no âmbito do tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo relevante para que os profissionais estejam qualificados e aptos para atuar frente às questões sociais da sociedade.

Tendo a educação superior como aspecto de democratização e a criação de mecanismos para o financiamento do ensino, aumenta-se o número de matrículas em faculdades, universidades, centros universitários e entre outros, concomitantemente na modalidade de Educação à Distância.

No gráfico a seguir produzido por Mercadante (2012), pode-se observar que as matrículas cresceram de forma relevante, mas o aumento do número de matrículas na modalidade de ensino a distância, ultrapassa a modalidade presencial.



Fonte: MEC/Inep

O ensino superior público veio se expandindo através dos Programas de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), no âmbito privado com o FIES, PROUNI e a Educação à Distância, onde continua dando em andamento a reforma universitária.

De acordo com Koike (2009, p. 208) ao transformar a educação em objeto mercantil, o aluno em cliente consumidor e a universidade em emitente de diplomas banais, essa reforma esvazia a dimensão emancipadora da educação e subtrai o caráter universalista da instituição universitária.

CAPÍTULO 3

LEPPS: INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O presente capítulo trata sobre o processo metodológico da pesquisa realizada sobre o Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPPS). Optamos por apresentar o processo de pesquisa realizada para elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, por acreditarmos na importância de exposição dos caminhos percorridos, das dificuldades e aprendizados encontrados, além dos resultados da pesquisa.

Desta forma, apresentamos nossas definições e escolhas sobre a pesquisa, a metodologia utilizada, bem como a análise realizada, na perspectiva de contribuir para discussão sobre pesquisa junto aos/as discentes, docentes e pesquisadores/as.

3.1 As escolhas e o processo de pesquisa

Considerando a função social do conhecimento produzido e nossa intenção de que o resultado da pesquisa (MORAES et. al., 2010) contribua com fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão e, conseqüentemente, com a formação em Serviço Social.

Compreendendo que a pesquisa integra um diálogo e uma reflexão sobre a realidade, definimos o marxismo como método de orientação da pesquisa, pela possibilidade que apresenta para compreensão do mundo, da realidade e das relações que compõem a sociedade.

Ao tratar sobre o marxismo, Minayo (1992, p. 34) apud Gasparotto (2013, p. 23) destaca a possibilidade de

[...] interpreta[ção] [d]a realidade como uma totalidade onde tantos os fatores visíveis como as representações sociais integram e configuram um modo de vida condicionado pelo modo de produção específico. Nessa abordagem sublinha-se a base material como determinante da produção da consciência, mas assume-se a importância das representações sociais como condicionantes tanto na reprodução da consciência como na construção da realidade mais ampla.

Segundo Gasparotto (2013), a base filosófica do Marxismo é o materialismo dialético, no qual se refere ao método que aborda o real na sociedade, na busca de compreender o processo histórico de seu cotidiano. Contendo como base dos seus princípios a matéria, a dialética e a prática social.

Na relação com a pesquisa social e a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social, destacamos segundo Simionatto (2004) apud Bandeira (2014, p. 36), o marxismo como o método convergente com o projeto ético-político profissional e com a proposta de formação da Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa em Serviço Social - ABEPPS, que considera como fatores relacionados um com o outro, a teoria, o método e a historicidade.

A segunda escolha que tomamos foi com relação à adoção da pesquisa qualitativa pela possibilidade de, conforme Chizzotti (1998, p.79) apud Machado (2009, p. 153) discorrer sobre a “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo do objetivo e a subjetividade do sujeito”, afirmando que a pesquisa qualitativa:

[...] recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorreu, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221)

Conforme observamos que o autor acima afirma, a pesquisa qualitativa envolve as ciências humanas e sociais, onde assume uma diversidade de análise, que é decorrente a diferentes teorias e perspectivas, adotando multimétodos de investigação para o estudo do fenômeno e o local onde se está situado, e procurando encontrar explicações deste fenômeno e interpretar suas significações que lhe é dada pelos indivíduos.

Minayo (1994, p. 22) destaca que a abordagem qualitativa tem a capacidade de responder a questões muito particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificada. Para ela, “[...], a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.”

Com relação à metodologia de pesquisa, a autora afirma tratar-se do “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas” (MINAYO, 1994, p. 16), sendo a partir da metodologia que se consegue direcionar a trajetória da pesquisa para alcance dos objetivos propostos.

Considerando como objetivo geral compreender as possibilidades e limites para consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social, a partir da experiência do LEPPS, optamos pelas seguintes técnicas de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, a análise de documentos e a observação participante.

No que diz respeito à **Pesquisa Bibliográfica**, esta foi escolhida pela possibilidade de identificar contribuições de diferentes autores sobre o tema. Tal procedimento foi realizado durante toda a elaboração do TCC enfatizando as produções que se tratavam da história e formação do Serviço Social, como também da trajetória histórica e análise contemporânea sobre a Política de Educação Superior no Brasil. Os locais de busca das referências utilizadas foram as bibliotecas digitais, tais como o portal de periódicos da CAPES e o Scientific Electronic Library Online (SciELO), revistas digitais na área de educação e serviço social, como também livros.

A segunda técnica adotada constou da **Análise de documentos** produzidos pelo MEC e ABEPSS que constavam das normativas para a formação no ensino superior e, em especial, em Serviço Social, assim como os documentos produzidos pelo LEPPS. Tais documentos constituíram-se em importantes fontes de dados para nossa pesquisa, merecendo atenção especial, pelo fato de não ter recebido análises qualitativas anteriores (GODOY, 1995).

Desta forma, foram selecionadas as seguintes normativas:

- 1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) por tratar sobre as diretrizes e bases da educação nacional brasileira, no qual rege a educação do país;
- 2) Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) que referenda no que diz respeito à formação profissional em Serviço Social;
- 3) Diretrizes Curriculares – Curso de Serviço Social pelo MEC, que respalda sobre o perfil do bacharel em Serviço Social, suas competências e habilidades, princípios para a formação profissional;

Dos documentos produzidos pelo LEPPS, no período de 2012¹⁸ a 2014, foram os seguintes:

- 1) Projeto LEPPS;
- 2) Relatórios 2013 e 2014;

Destacamos a falta de informações e relatório do LEPPS no período de 2012, exigindo o acréscimo do relatório produzido em 2014.1 para complementação de informações, ainda que reconhecendo a ausência do período referente à criação do laboratório.

A terceira técnica de pesquisa utilizada constou da **Observação Participante**, realizada no período de março a maio de 2014, durante o Estágio Curricular II no LEPPS, que permitiu o acompanhamento das atividades, procedimentos e discussões no âmbito da gestão do LEPPS, consistindo em uma técnica que:

(...) modifica a ação do pesquisador que, ao integrar o grupo que vivencia a realidade social, propicia interações que contribuam para a mudança de comportamento do grupo observado não intencional. (...) consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observando, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. (QUEIROZ et al, 2007, p. 278)

Conforme observamos na citação acima, onde a técnica de observação participante pode chegar a modificar as ações e compreensões do pesquisador, no âmbito da realidade social onde está situado.

Depois de recolhidos e organizados os materiais analisar-se seguindo algumas orientações da **Análise Crítica do Discurso (ACD)**, que, de acordo com Fairclough (2010, p. 226) consiste na análise das relações dialéticas entre discurso (incluindo não apenas a linguagem verbal, mas outras formas de semiose, como a linguagem corporal e as imagens visuais) e os outros elementos das práticas sociais.

No enfoque que o referido autor coloca, a ACD está especialmente voltada para as mudanças radicais na vida social contemporânea, para os modos pelos quais o discurso está inscrito nelas e para as configurações atuais da relação entre a semiose e os outros elementos sociais nas redes de práticas. Fairclough (2008) ressalta que não é possível assumir o papel do

¹⁸ Justificando que a escolha dos anos se deu pelo fato do LEPPS ter sido criado em 2012.

discurso nas práticas sociais como dado, devendo ele ser estabelecido a partir da análise, como também que o discurso pode ser mais ou menos importante em conjuntos específicos de práticas, além de poder mudar no/com o tempo.

A relação entre o discurso e os outros elementos das práticas sociais é dialética, visto que o discurso incorpora e é incorporado por outros elementos, sem que nenhum deles possa ser reduzido ao outro ou isolado. Eles são diferentes, mas não discretos (FAIRCLOUGH, 2010).

Para a prática da análise do discurso, Fairclough (2008) apresenta a Análise Tridimensional do Discurso, por considerar o Discurso como Texto, como Prática Discursiva e como Prática Social, estabelecendo os tópicos e subtópicos analíticos apresentados no quadro abaixo, elaborado por Albuquerque (2014).

Concepção Tridimensional do Discurso	Tópicos analíticos	Sub-tópicos analíticos
Discurso como texto	Coesão	Controle Interacional/ Coesão/ Polidez/ ETHOS
	Gramática	Funções da linguagem ideacional (transitividade), textual (tema) e interpessoal (modalidade).
	Vocabulário	Significado das palavras/ Criação das palavras/ Metáfora
Discurso como Prática Discursiva	Produção do texto	Interdiscursividade/ Intertextualidade Manifesta
	Distribuição do texto	Cadeias Intertextuais
	Consumo do texto	Coerência
Discurso como Prática Social	Matriz social do discurso	
	Ordens de discurso	
	Efeitos ideológicos e políticos do discurso	

Quadro 3: Análise Tridimensional do Discurso

Fonte: ALBUQUERQUE, Juliene Tenório de. A Racionalidade de um Discurso: jovem como agente estratégico de desenvolvimento. 2014. 192 folhas. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Doutorado em Serviço Social. Recife – PE, 2014.

Dos tópicos analíticos e subtópicos apresentados no quadro acima, optamos pelo subtópico do Significado das palavras que integra o tópico do Discurso como Prática Discursiva. Destacamos, conforme apresentado por Fairclough (2008, p. 288), que o **significado das palavras** tem a ênfase nas palavras-chave que têm significado cultural geral

ou mais local, onde as palavras tem significados variáveis e mutáveis, e no significado potencial de uma palavra – uma estruturação particular de seus significados – como um modo de hegemonia e um foco de luta. Desta forma, as palavras selecionadas para a análise dos documentos do LEPPS foram as seguintes: ensino, pesquisa e extensão.

Ressaltamos que embora a pesquisa proposta não tenha sido realizada diretamente com seres humanos, mas com documentos institucionais produzidos no âmbito do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais, como os relatórios, os critérios éticos exigidos pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas qualitativas foram observados, especialmente a manutenção da confidencialidade e da privacidade e o compromisso de que o estudo levará benefícios para as pessoas e populações pesquisadas; e a assegução do retorno social da pesquisa.

3.2 Ensino, Pesquisa e Extensão: normativas do MEC e da ABEPSS

Dentre as legislações que abordam a temática do tripé ensino, pesquisa e extensão para o ensino superior destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988), e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (1996) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 207, discorre sobre a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, afirmando que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 35).

No caso da LDB, a universidade é definida como uma instituição pluridisciplinar de formação profissional, que possui uma especificação própria (BRASIL, 1996). O artigo 43, que trata das disposições e finalidades da educação superior, afirma que a “educação superior tem por finalidade desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade, com o objetivo de integrar a comunidade na qual faz parte”.

As referidas legislações enfatizam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como condição fundamental para desenvolvimento da educação superior e uma das finalidades das universidades.

No que diz respeito à formação em Serviço Social, enquanto curso de ensino superior, a ABEPSS tem como uma de suas principais finalidades: “propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação.” (ABEPSS, 2008, p. 1).

Conforme trabalhamos no capítulo 2, lembramos que as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, propostas pela ABEPSS (1996, p. 6), enfatizam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da formação e defendem como um dos princípios que fundamentam a formação profissional a “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão”.

Tal princípio da formação em Serviço Social é reforçado pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social do MEC (1996, p. 29) ao defender a “indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão”.

Desta forma, identificamos como o MEC e a ABEPSS enfatizam a importância da realização e efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão como fundamental para a formação no ensino superior e para a formação em Serviço Social.

Destacamos que o tripé ensino, pesquisa e extensão é enfatizado e exigido sua efetivação por parte do MEC para as universidades brasileiras, sendo asseguradas no Capítulo III, art. 207 da Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais de 1996, como vimos no texto acima. No caso da formação em Serviço Social, ressaltamos que tanto as Diretrizes Curriculares da ABEPSS quanto do MEC estabelecem o tripé como um de seus princípios que fundamentam a formação profissional, conforme explicitamos acima.

Entretanto, a oferta do curso de Serviço Social não se limita a universidades. Conforme observamos no capítulo 2 deste TCC, a oferta de cursos de Serviço Social vêm sendo ampliada para instituições de ensino superior com caráter de faculdade, o que, de acordo com o MEC não garante a efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão, embora seja uma exigência da ABEPSS para a formação em Serviço Social, mas não uma exigência por parte do MEC.

Sendo assim, observa-se que há uma necessidade de elaboração de alternativas para o padrão de ensino, pesquisa e extensão. Para que esta necessidade seja abordada é preciso que

ocorra uma diferenciação entre universidade de ensino e universidade de ensino, pesquisa e extensão. Como discorre Martins, (2001, p. 2):

[...] a distinção entre universidade de ensino (centros universitários) e universidade de ensino-pesquisa-extensão. As primeiras destinadas à preparação de profissionais e técnicos executores do conhecimento e as segundas, à formação das elites “pensantes”, aptas para a produção científica e tecnológica.

Destarte, a afirmação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão remete-nos ao modelo de universidade e objetivos do ensino superior. Como aponta Severino apud Martins (2001, p. 2-3) afirma:

[...] numa sociedade organizada, espera-se que a educação como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas, e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações internacionais.

Pondera-se sobre o que é de fato ensino, pesquisa e extensão, no qual ensino é o início da construção dos conhecimentos, pesquisa são os procedimentos de construção do saber e extensão é a relação da universidade com a comunidade, promovendo intervenções sobre esta realidade, que no qual é concluída a execução de retorno do ensino e da pesquisa.

O ensino, pesquisa e extensão devem entrar a partir do divulgado, um desempenho fundamental no processo de formação profissional do assistente social, pois o Serviço Social é uma profissão que apresenta uma dimensão investigativa e supõe uma bagagem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Cunha (2011, p. 74-76-77), relata que a extensão na universidade atribui-se a sua importância a relação desta com a sociedade, assim sendo, a extensão é de suma relevância, pois sua política de desenvolvimento é tida como um instrumento de relação entre universidade e sociedade. No sentido do ensino, é o resultado da relação do meio e da sua atividade de extensão, que sem dúvida o amplia o conhecimento da realidade. No sentido da pesquisa, que no qual a pesquisa se explica a partir de problemas, motivada através da constatação desses pelos docentes e pelo curso.

Segundo Schuelter (2012, p. 25), o ensino, pesquisa e extensão também são entendidos como construção, reconstrução e socialização dos conhecimentos e requerem uma atuação que repasse por todo o processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

A indissociabilidade da pesquisa com relação ao ensino atua e sistematiza o Serviço Social, contribuindo para a produção de conhecimento nas diferentes áreas sociais, além de está fortalecendo a postura investigativa dos discentes, com os docentes propondo novas atividades de ensino, para dar-se estímulo a pesquisa aos discentes. Portanto, essa indissociabilidade permite a articulação teórico-prática em todo o processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

A formação em Serviço Social, segundo a ABEPPS (2011) sustenta a importância desse tripé em quaisquer que sejam as instituições que ofertem o curso. Dessa forma, nessa proposta, a pesquisa não pode ser uma atividade eventual, mas sim inerente ao processo de formação profissional. Associada à atividade de pesquisa, tem-se a extensão, ambas consideradas "atividades complementares" às atividades formativas básicas. Com isso essas atividades não podem ter um caráter apenas mercantilizante de ofertas de serviços, de venda de produtos, e sim objetivar o ensino e a aproximação da universidade à sociedade, do conhecimento à realidade.

3.3 A formação em Serviço Social em Caruaru

Caruaru é um município inserido na região do Agreste pernambucano, sendo esta uma área intermediária entre o Litoral-Mata úmido e o Sertão Semiárido, exibindo paisagens que apresentam aspectos ora de uma, ora de outra região. (CHIANCA, 2011)

A região do Agreste é composta por 71 municípios agrupados em 6 microrregiões: Vale do Ipanema (Águas Belas, Buíque, Itaíba, Pedra, Tupanatinga, Venturosa); Alto Capibaribe (Casinhas, Frei Miguelinho, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério, Vertentes); Médio Capibaribe (Bom Jardim, Cumaru, Feira Nova, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, São Vicente Ferrer); Garanhuns (Angelim, Bom Conselho, Brejão, Caetés,

Calçado, Canhotinho, Correntes, Garanhuns, Iati, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paratama, Saloá, São João, Terezinha); Vale do Ipojuca (Alagoinha, Belo Jardim, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Capoeiras, Caruaru, Gravatá, Jataúba, Pesqueira, Poção, Riacho das Almas, Sanharó, São Bento do Una, São Caetano, Tacaimbó); Brejo Pernambucano (Agrestina, Altinho, Barra de Guabiraba, Bonito, Camocim de São Félix, Cupira, Ibirajuba, Lagoa dos Gatos, Pannels, Sairé, São Joaquim do Monte).

Ao analisarmos Caruaru observamos a realidade econômica, social, cultural e política em que os cursos de Serviço Social e o exercício profissional de assistentes sociais se desenvolvem. De acordo com o IBGE (2010) estima-se que no ano de 2014 a população caruaruense esteja em 342.328 de habitantes.

Os indicadores sociais de Caruaru com relação ao número de pessoas que estão cadastradas no Programa Bolsa Família 52.409, número de benefícios do programa é de 30.699 e em porcentagem da população atendida pelo Bolsa Família é de 58, 56% (SIGAS-PE, sd). De acordo com o IBGE (2010) a incidência da pobreza na região é de 33, 69%. No Mapa de Violência de 2013, os homicídios na população jovem de Caruaru com o número de homicídios com dados de 2011, onde Caruaru tem a taxa de 107,6% (WAISEIFISZ, 2013).

A economia do Agreste Central, está vinculada a produção têxtil onde Caruaru é um dos principais produtores, tendo como outras produções como, a agricultura, o turismo, comércio e serviços, e entre outros (PE-AZ, sd). A taxa de desemprego na cidade de Caruaru, segundo o Jornal Vanguarda caiu no ano de 2010, tendo um aumento de empregabilidade de 20%, maior parte desta porcentagem é na área do comércio (AUGUSTO, 2010).

Com relação à escolaridade, a taxa de analfabetismo entre 15 a 24 anos de idade é de 5,0%, 24 a 59 anos de idade é de 14,9% e de 60 anos ou mais é de 39,0%. E pessoas entre 10 anos ou mais de idade que tem o ensino médio completo e superior incompleto corresponde ao total de 54.256, já com o ensino superior completo corresponde a 14.550 de pessoas no total (IBGE, 2010).

Tal realidade somada à expansão do ensino superior para as demais áreas para além da Região Metropolitana têm contribuído e justificado a criação de cursos de ensino superior, dos quais destacamos a formação em Serviço Social. Destacamos que a oferta de cursos de Serviço Social em Pernambuco durante muitos anos se limitou à capital, sendo realizado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desde 1970 e pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) desde 1972.

Ao analisarmos a oferta de ensino superior em Caruaru, encontramos as seguintes IES:

INSTITUIÇÕES	
01	Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIVIP
02	Centro Universitário Internacional – UNINTER
03	Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU
04	Faculdade ASCES – ASCES
05	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA
06	Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC Salvador
07	Faculdade Educacional da Lapa – FAEL
08	Faculdade Maurício de Nassau de Caruaru – FMN Caruaru
09	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE
10	Universidade Anhanguera – INIDERP – UNIDERP
11	Universidade Castelo Branco – UCB
12	Universidade de Pernambuco – UPE
13	Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
14	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
15	Universidade Norte do Paraná – UNOPAR
16	Universidade Paulista – UNIP
17	Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO
18	Universidade Salvador – UNIFACS

Quadro 4. Instituições de Ensino Superior de Caruaru

Fonte: Elaborado pela autora com base no site do MEC (2014)

A análise do quadro acima, nos permite perceber que, das dezoito instituições de ensino superior em funcionamento em Caruaru, três delas são de caráter público (UPE, UFPE e IFPE) e as quinze demais de caráter privado. Destacamos ainda que seis instituições ofertam cursos na modalidade presencial (UNIVIP, Faculdade Ascens, FAFICA, UFPE, UPE e IFPE),

uma delas oferta cursos nas modalidades presencial e à distância (UNINASSAU) e as demais onze instituições ofertam cursos na modalidade à distância.

Destacamos que com a expansão e interiorização do ensino superior estimuladas pelo governo federal, através da Política Nacional de Ensino Superior nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, apresentada no capítulo 1 deste TCC, se observou em Caruaru a criação e chegada da maioria destas IES, sobretudo, as que ofertam a modalidade de ensino à distância.

Lembramos que o conjunto ABEPSS, o CFESS/CRESS e a ENESSO (2011, p. 25) vêm realizando várias campanhas e denúncias com relação à oferta do curso de Serviço Social na modalidade à distância, por considerar incompatível a graduação à distância com a formação em Serviço Social, assim como denunciando a precarização do ensino superior. Dentre as denúncias apresentadas no documento “Abaixo a Censura: Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social”, o conjunto destaca a não existência de atividades nos pólos de pesquisa e extensão, inviabilizando o tripé, o que é avaliado como “quebra” de “um princípio fundamental das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, no sentido de fomentar a dimensão investigativa e crítica no exercício profissional”.

Esta expansão permitiu a ampliação da oferta da formação em Serviço Social no interior do estado, podendo, atualmente, ser encontrados no Agreste Pernambucano em seis municípios. Destacamos no quadro abaixo as instituições de ensino superior que ofertam o curso de Serviço Social.

CIDADE	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	MODALIDADE: ENSINO PRESENCIAL	MODALIDADE: ENSINO À DISTÂNCIA
Belo Jardim	Universidade Luterana do Brasil – ULBRA		
Caruaru	Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – ASCES		
	Faculdade Maurício de Nassau de Caruaru – FMN Caruaru		
	Universidade Anhanguera – UNIDERP – UNIDERP		
	Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR		
	Universidade Paulista – UNIP		
	Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO		
Garanhuns	Universidade Luterana do Brasil – ULBRA		
	Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR		
	Universidade Paulista – UNIP		
Gravatá	Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR		
	Universidade Paulista – UNIP		
Pesqueira	Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR		
Santa Cruz do Capibaribe	Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR		

Quadro 5 . Instituições que oferecem curso de Serviço Social no Agreste Pernambucano
 Fonte: Elaborado pela autora com base no site do MEC (2014)

Conforme o quadro apresentado acima, ressaltamos que dos seis municípios existentes no Agreste Pernambucano que existe a oferta de cursos de ensino superior, apenas duas apresentam o curso na modalidade presencial, tendo sua localização concentrada em Caruaru, e as demais constituíram pólos de educação à distância ofertando curso de Serviço Social.

No caso de Caruaru, encontramos seis Instituições de Ensino Superior, duas delas na modalidade da educação presencial e quatro na modalidade de educação à distância. O ensino superior público para o curso de Serviço Social ainda permanece restrito à capital, sendo ofertados unicamente cursos privados e massivamente na modalidade de ensino à distância.

A expansão da formação em Serviço Social tem resultado na ampliação de profissionais para atuar, sobretudo, nas Prefeituras Municipais, com ênfase nas Políticas de Saúde e Assistência Social. Destarte, tal ampliação do número de assistentes sociais não significa o fortalecimento da categoria e da formação na região, visto que, conforme observamos nos quadros acima, a concentração da oferta dos cursos se realiza na modalidade à distância, o que, de acordo com o conjunto ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO, contrariam as Diretrizes Curriculares e são incompatíveis com a formação de qualidade em Serviço Social.

3.4 Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais – LEPPS como instrumento de integração do ensino, pesquisa e extensão para a formação em Serviço Social

O curso de Serviço Social da Faculdade ASCES foi implementado de forma pioneira no interior de Pernambuco, em março de 2010, diante da fragilidade que a região sentia de um curso presencial em Serviço Social, tendo como objetivo formar profissionais com qualificação teórica-metodológica, técnico-operativa, que possibilite a construção de ações que façam reverter o cenário das desigualdades, lutando pela equidade social, de acordo com os princípios éticos e políticos da profissão (ASCES, s.d).

O curso está articulado com os fundamentos teórico-metodológicos da vida social, formação sócio-histórica da conjuntura brasileira e em conjunto com o trabalho profissional, capazes de desenvolver capacidades e habilidades norteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução nº 15/2002), Princípios e Diretrizes que é regulamentada pela profissão

de Serviço Social (Lei nº 8662/1993) e o Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais.

Desta forma, na perspectiva de fortalecer o curso e a efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão foi criado, em 2012, o Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPPS), sobre o qual nos concentraremos a seguir.

3.4.1 O processo de estruturação do LEPPS

A construção do LEPPS, no ano de 2012, a partir da proposta apresentada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Faculdade Ascens, por parte da coordenação e do corpo docente do curso de Serviço Social, na perspectiva de disponibilizar um espaço de complementação à formação para os (as) discentes e profissionais de Serviço Social.

O laboratório tem como objetivo geral “atuar como espaço de referência na produção de conhecimento para fortalecer a formação profissional”, se desdobrando nos seguintes objetivos específicos:

1. Contribuir com a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão do curso de Serviço Social e outros cursos da ASCES;
2. Produzir conhecimentos nas áreas de Políticas Sociais, Práticas Sociais, com ênfase na região do Agreste de Pernambuco;
3. Estabelecer convênios e parcerias para a execução de projetos e realização de estudos e pesquisas no âmbito de Políticas Sociais;
4. Prestar atendimento a usuários das unidades de serviços jurídicos e de saúde, oferecidos pela IES, na perspectiva interdisciplinar, garantindo a integralidade do atendimento do ser social;
5. Implantar campo de estágio curricular para os (as) discentes do curso de Serviço Social da Faculdade ASCES;
6. Contribuir para a formação continuada e qualificação profissional de assistentes sociais, técnicos e educadores sociais nas temáticas de Políticas e Práticas Sociais e do Serviço Social;
7. Estabelecer convênios e parcerias para a execução de projetos, programas, estudos, seleção, concurso e pesquisas nas áreas de competências. Com vistas ao desenvolvimento de estudos e ações em: formação, qualificação profissional, prestação de serviços sociais, consultoria e assessoria a comunidades e movimentos sociais (ASCES, 2012, p. 5).

Observamos que o Laboratório, tem desdobrado seus objetivos de forma íntegra, e completa, desenvolvendo-os de maneira com que cada ação tenha o viés de formação continuada.

A justificativa para a criação deste Laboratório, de acordo com o documento analisado, partem das necessidades das demandas internas e externas apresentadas ao curso de Serviço Social. No que se refere às demandas internas, destacam-se aquelas deparadas pela Instituição em conhecer os usuários dos serviços prestados à comunidade, pela ASCES; em relação às demandas externas, o Curso é requerido pelos diversos órgãos do poder público municipal e estadual para a realização de atividades de formação, assessoria e prestação de serviços. (ASCES, 2012).

Desta forma, o LEPPS se propõe a contribuir com a formação profissional através:

[...] dos conteúdos programáticos, realização de grupos de estudos, oficinas temáticas, mini-cursos e, sobretudo consolidando como um campo de prática profissional, através da concretização de atividades complementares e estágio, sendo assim a teoria e prática juntas. (ASCES, 2012).

Destacamos acima como o Laboratório contribui para a formação profissional dos discentes e profissionais de Serviço Social.

Dentre as atividades a serem realizadas no âmbito do LEPPS, o projeto de criação especifica as seguintes:

As atividades realizadas pela gestão do LEPPS são reuniões de planejamento, avaliação e acompanhamento das atividades com a participação de docentes, discentes e coordenação do curso de Serviço Social, além da construção de Plano de Trabalho Anual, articulação entre os projetos de extensão e pesquisa realizados no curso, já mencionados acima; elaboração de projeto de intervenção para o Escritório de Práticas Jurídicas (EPJ) e das Clínicas de Odontologia e de Fisioterapia para futuros serviços prestados de acordo com o que foi identificado; formação de grupos de estudo e pesquisa na área de Políticas Sociais, para a subsídio de análise da realidade social e auxílio nas ações profissionais; realizando convênios e parcerias para a execução de projetos, programas, estudos, pesquisas e entre outros; realização de avaliação de planos, projetos e políticas sociais; prestação de serviços às comunidades e movimentos sociais e elaboração de relatórios das atividades e dos projetos executados. (ASCES, 2012, p. 6).

Com essas atividades abordadas no projeto de criação do Laboratório, onde coloca de maneira sucinta e específica que a integração e articulação de suas atividades vão contribuindo para a formação de qualidade para o Serviço Social.

No que diz respeito à organização, o projeto do LEPPS estabelece a criação de uma coordenação colegiada, a quem compete, de acordo com o Regimento Interno do LEPPS (2012) as seguintes atribuições:

A referida coordenação tem como finalidade atuar interventivamente, além de executar ações de caráter deliberativo e consultivo; Tem por finalidade promover a articulação entre as extensões e pesquisas desenvolvidas pelo curso de Serviço Social; A esta coordenação cabe atuar no processo de gestão das práticas sociais, compreendendo a tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões técnicas; A atuação e representação de qualquer dos integrantes da Coordenação visará ao interesse maior do funcionamento adequado das Ações Sociais desenvolvidas e acompanhadas pelo Laboratório; Cabe a esta coordenação colegiada, juntamente com a coordenadora do curso de Serviço Social, realizar reuniões ordinárias: semanais (no mínimo), pré-agendadas ou com convocação até 48 horas antes, divulgar aos membros do grupo a pauta onde deve constar: data, horário, local, temas a serem tratados; Antes de tomar qualquer decisão através de voto, os membros desta coordenação colegiada devem procurar esgotar a discussão do assunto. A busca do consenso é estratégia essencial para que as decisões do colegiado sejam respeitadas e validadas. Todos os representantes detêm o mesmo peso de voto nas decisões.

Ressaltamos, entretanto, que a composição e formato desta coordenação vêm sofrendo alterações ao longo dos anos, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Itens	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1
Composição	Colegiada	Colegiada	Colegiada	Individual
Perfil Docentes	Assistente Social. Pós Doutora em Serviço Social./ Psicólogo. Mestre em Psicologia Social.	Assistente Social. Pós Doutora em Serviço Social./ Psicólogo. Mestre em Psicologia Social.	Assistente Social. Mestre em Serviço Social./ Assistente Social. Especialista.	Assistente Social. Doutora em Desenvolvimento Urbano.
Tempo gestão	1 ano		6 meses	6 meses

Quadro 6: Gestão do LEPPS

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios do LEPPS (2012 a 2014)

Conforme, o quadro acima, destacamos que a gestão do Laboratório era realizada por uma coordenação colegiada, ocorrendo mudança no ano de 2014.1 para uma coordenação única, em virtude da necessidade de melhor acompanhamento das ações e atividades desenvolvidas pelo LEPPS, tendo como objetivo “verificar como os projetos estão sendo

desenvolvidos e quais as dificuldades para executá-los conforme o planejado” (ASCES, 2014).

A partir dos relatórios, verificamos que as atividades realizadas pela gestão concentram-se nas seguintes atividades¹⁹:

Atividades Gestão 2013.2	Atividades Gestão 2014.1
<ol style="list-style-type: none"> 1. Articulações institucionais; 2. Contatos internos na Faculdade ASCES; 3. Reuniões internas (com coordenação colegiada, coordenação do curso de Serviço Social, com a direção geral da ASCES e a coordenação de alguns curso da Faculdade ASCES). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecimento dos objetivos específicos do LEPPS e as atividades que dêem conta destes; 2. Acompanhamento das atividades dos projetos do Laboratório (reuniões, acompanhamento de prazos, pendências e riscos); 3. Articulações internas e externas; 4. Fortalecimento do trabalho coletivo;

Observamos a partir do quadro acima de acordo com os relatórios do LEPPS (2013.1 e 2014.1) que a gestão teve avanços para fortalecimento dos projetos/ ações e uni-los de forma que possa participar de forma integral e multidisciplinar. Onde a articulação com outros cursos da Faculdade ASCES e de Movimentos Sociais estão sendo realizados, assim tendo uma visibilidade das ações do Laboratório.

Enfatizando as atividades que foram realizadas no LEPPS:

[...] na perspectiva da produção de conhecimento que valoriza a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Entende-se que a indissociabilidade se concretiza quando no processo de ensino-aprendizagem, o discente é o sujeito principal que interage de forma ativa no próprio processo que se constrói. Assim, entende-se que a indissociabilidade acontece no interior do processo pedagógico de forma mais ampla o que também implica em um novo paradigma de ensinar e aprender. Ou seja, um ensino que se realiza incorporando processos metodológicos baseados em procedimentos que: 1. Evidenciam o conhecimento a partir da realidade histórica de sua produção e entendem que o mesmo é provisório e relativo; 2. Estimular a capacidade crítica; 3. Valorizam o questionamento e a incerteza; 4. Entendem o conhecimento de forma interdisciplinar e 5. Destacam que a pesquisa é um instrumento de ensino e extensão para a apreensão da realidade. (CUNHAS, 1996 apud ASCES, 2014.1).

¹⁹ Justificamos que na análise das atividades de gestão estiveram ausentes informações sobre as atividades realizadas no âmbito da gestão durante 2012.2, em virtude da não existência de relatório do LEPPS, e de 2013.2, diante da não descrição deste item no relatório.

Os avanços que a gestão do LEPPS vem adquirindo com o tempo:

[...] chamamos atenção para o início do LEPPS como campo de estágio em Serviço Social; as articulações internas realizadas com outros cursos, no âmbito do NUGEN, com setores administrativos, como a Assessoria de Gestão de Pessoas, realizadas pelo NUGEN e In dependência, e o Escritório de Práticas Jurídicas; as articulações com órgãos públicos, com as Secretarias da Mulher de Caruaru e Pernambuco, Secretaria de Saúde com o CAPS, e a Gerencia Regional de Educação (GER), pelo In dependência. Destacamos ainda a articulação com movimentos de mulheres, essencial para efetivação do Projeto Ético-Político assumido pelo Serviço Social. (ASCES, 2013.1).

[...] potencializada a proposta de atuação na perspectiva de fortalecer os projetos e os fios que os unem, procurando apoios e novas práticas na direção de consolidar as atividades desenvolvidas. (ASCES, 2014.1).

Destacamos que a gestão consiste no processo de planejar, organizar, liderar, controlar e avaliar o trabalho dos membros da instituição, usando os recursos disponíveis para obter êxito nos objetivos estabelecidos. É uma atividade dinâmica que incide em tomar decisões sobre objetivos/recursos e que tal processo está previsto na Lei que Regulamenta a profissão em seu artigo 5º no qual constituem atribuições privativas do Assistente Social, “dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social”.

Projetos	Projetos LEPPS 2013.1	Projetos LEPPS 2013.2	Projetos LEPPS 2014.1
Ação Social- Iguais nas Diferenças			
CineCidadania			
Grupo de instrumentalidade de trabalho com pessoas Idosas			
Núcleo de estudos de Gênero e Enfrentamento da violência contra a Mulher Elma Novaes – NUGEN			
Diagnóstico Social das Clínicas Odontológicas e da Clínica de Fisioterapia da Faculdade ASCES			
In Dependência			
Implantação do Serviço Social no			

Escritório de Práticas Jurídicas com o Núcleo Jurídico-Social – NUJUS			
Formação Profissional do/a Assistente Social			
Educação Popular e Saúde			

Quadro 7. Projetos do LEPPS

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios do LEPPS (2012 a 2014)

Observamos no quadro acima, que o aumento e o surgimento de novos projetos e ações no LEPPS, onde alguns tem uma maior duração e outros nem tanto, mas destacando, que alguns (CiniCidadania) não estão presentes nos relatórios de 2013.2 e 2014.1, o Grupo de Grupo de instrumentalidade de trabalho com pessoas Idosas, sua permanência foi apenas de 6 meses.

Nesta perspectiva de acordo com os relatórios, onde seguem uma linha de eixos temáticos, será estruturado aqui nesta mesma lógica.

1. **Gênero, Movimentos e Políticas Sociais:** Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher;
2. **Formação Profissional:** Formação Profissional do/a Assistente Social;
3. **Instrumentalidade e Serviço Social:** Grupo de instrumentalidade de trabalho com pessoas Idosas;
4. **Jurídico:** CineCidadania; A Implantação do Serviço Social no Escritório de Práticas Jurídicas com o Núcleo Jurídico-Social – NUJUS;
5. **Saúde:** Ação Social- Iguais nas Diferenças; Diagnóstico Social das Clínicas Odontológicas e de Fisioterapia; In Dependência; Educação Popular e Saúde.

O **Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher**, tem como objetivo principal atuar nas ações de formação, pesquisa e extensão, objetivando uma educação comprometida com a transformação social na busca pela igualdade de gênero. Com as principais atividades realizadas: reuniões mensais do NUGEN: apresentações de atividades em seminários, oficinas ciclos de debate sobre a temática, o estímulo a realização de pesquisas e estudos, articulação com movimentos sociais. (ASCES, 2014.1).

O projeto de **Formação Profissional do/a Assistente Social** tem como objetivo central de propiciar maior interação entre Instituição de ensino e campo, ampliando a ação pedagógica do estágio, através do curso de Atualização em Serviço Social para Supervisores de Campo de estágio da ASCES, onde sua principal atividade foi o curso de atualização para os supervisores de campo com o objetivo principal de fortalecer o vínculo entre universidade e campo de estágio, compreendendo que o estágio é um momento importante para a formação profissional do assistente social. (ASCES, 2014.1).

O **Grupo de instrumentalidade de trabalho com pessoas Idosas**, tem como objetivos sensibilizar estudantes para a temática de gerontologia social, tendo em vista o processo de transição demográfica que é vivenciado na atualidade caruaruense, brasileira e mundial; preparar os estudantes para a atuação com pessoas idosas, através de estudos teóricos e práticos, apresentação e discussão de filmes que abordem a temática do envelhecimento humano; e elaborar proposta de intervenção com pessoas idosas. Onde suas principais atividades foram reuniões semanais com o grupo de estudo, visita à Casa dos Pobres, encontro cultural com idosos. (ASCES, 2013.1).

O projeto **CineCidadania**, com o objetivo de contribuir para o fomento à formação cidadã e ao acesso à cultura por parte de segmentos mais desassistidos da sociedade, buscando-se contribuir com a identificação, discussão e proposição de ações ao poder público, as quais possam refletir demandas sociais objetivas que venham a ser atendidas a partir da formulação de políticas públicas efetivas. Com as principais atividades, onde as ações eram nos pólos Fundação de Atendimento Socioeducativo - Centro de Internação Provisória (FUNASE-CENIP, Irmãs Maristas, Centro de Convivência do Idoso (CCI)²⁰, Presídio Plácido de Souza, reuniões para apresentação do projeto, reuniões no intuito de avaliar as ações. Passando filmes como “Preciosa”, “Peixe Grande”, “Um Sonho Impossível” no qual no final se debatia com relação a temática de cada filme. (ASCES, 2013.1).

A **Implantação do Serviço Social no Escritório de Práticas Jurídicas com o Núcleo Jurídico-Social – NUJUS** tendo como objetivo principal propiciar a articulação ensino e pesquisa na medida em que servirá de campo de estágio curricular para alunos do curso de Serviço Social, além de contribuir na concretização dos objetivos do Escritórios de Práticas Jurídicas (EPJ) no que se refere à Câmara de Mediação e Arbitragem, com as atividades principais que o Serviço Social realiza no EPJ, realizar a triagem social juntamente com o profissional de Direito, realizar plantão social, sistematização dos processos de

²⁰ Atualmente é Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

mediação, construção de uma rede dos serviços públicos, planejar e executar atividades envolvendo os participantes do projeto Escola Legal, acompanhar e apoiar à sistematização das atividades realizadas pelo discentes a partir de um plano de estágio e documentar as ações desenvolvidas no NUJUS. (ASCES, 2014.1).

A **Ação Social- Iguais nas Diferenças** tem como objetivo central intensificar e ampliar as atividades junto a pacientes do CAPS – Transtornos, em uma perspectiva de intervenções interdisciplinares, com ações sócio educativas na perspectiva da cidadania e da garantia de direitos, com as principais atividades como reuniões com coordenações, secretarias, capacitação de discentes, e a formação de grupo-operativo. (ASCES, 2014.1).

O **Diagnóstico Social das Clínicas Odontológicas e de Fisioterapia**, com o objetivo principal compreender, identificar as necessidades e demandas dos usuários atendidos pelas clínicas de Odontologia e Fisioterapia objetivando consolidar intervenções futuras, com o decorrer dos resultados obtidos deste diagnóstico, onde suas principais atividades são a aplicação do questionário, sistematização e tabulação dos dados obtidos. (ASCES, 2013.2).

In Dependência, com o objetivo principal de desenvolver ações socioeducativas que auxiliem na redução de danos da dependência química e não química no município de Caruaru-PE, tendo como principais atividades principais como capacitação de discentes para o desenvolvimento de ações de interesse do Projeto, trabalho de prevenção com técnicos da Faculdade ASCES, trabalho informativo com discentes da Faculdade ASCES, apoio técnico na organização de eventos e projetos na área, pesquisa e participação em seminários. (ASCES, 2013.2)

O projeto de **Educação Popular e Saúde** tem como objetivo elaborar uma proposta de intervenção do Serviço Social no Núcleo de Atenção à Saúde da Família – NASFF II São João da Escócia, no município de Caruaru-PE fundamentada nos princípios da educação popular, com atividades voltadas a visitas à área para reconhecimento sócio-territorial, reuniões com as equipes de saúde da família, momentos de reflexão e socialização dos problemas de cada uma das 8 micro áreas, oficinas de educação popular em saúde: uma proposta de intervenção com agentes de saúde. (ASCES, 2014.1).

Para a profissão de Serviço Social ressalva-se a importância da produção de conhecimento, sobre a prática profissional e a formação continuada de Assistentes Sociais, do município de Caruaru e da região circunvizinha, bem como ter o conhecimento sobre a

realidade local, advinda das expressões da questão social e políticas sociais, no fortalecimento dos direitos dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Tendo como uma das ações atuar como espaço de citação na produção de conhecimento com visto ao fortalecimento da formação profissional.

3.4.2 O Tripé ensino, pesquisa e extensão no LEPPS

Como foi abordado anteriormente por ensino entendemos o processo de construção do conhecimento, a pesquisa é o processo de construção do saber já adquirido no ensino, a extensão é a relação existente entre a instituição de ensino e a comunidade, onde promove as intervenções sobre a realidade posta.

Destacamos que o tripé é de suma importância para a formação profissional do/a assistente social, visto que o Serviço Social é uma profissão que apresenta uma dimensão investigativa com uma bagagem teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Desta forma, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no Laboratório estão pautados como um de seus objetivos, fortalecendo assim a sua efetivação. Nos documentos encontramos a referência nos relatórios de 2013.2 e 2014.1 ao processo de efetivação do referido tripé, conforme pode ser visualizado nos seguintes trechos:

[...] muitos foram os desafios e avanços conquistados pelo Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais, especialmente, voltados para a inserção de projetos e ações que possibilitasse, por um lado, a compreensão da comunidade interna e externa sobre o Serviço Social e, por outro, contribuir com a formação de qualidade em Serviço Social, a partir da integração entre **ensino, pesquisa e extensão**. (ASCES, 2013.2).

As atividades foram realizadas na perspectiva da produção de conhecimento que valoriza a indissociabilidade do **ensino, pesquisa e extensão**. (ASCES, 2014.1).

[...] composto de dois tópicos que apresentam as atividades desenvolvidas e como o LEPPS faz o acompanhamento das mesmas, este relatório iniciou discutindo sobre os eixos temáticos nos quais se inserem as ações desenvolvidas pelos diversos projetos implementados pelo LEPPS, na perspectiva de uma formação de qualidade em Serviço Social a partir da articulação entre **ensino, pesquisa e extensão**. (ASCES, 2014.1).

Ressaltamos que a proposta no âmbito da gestão do LEPPS para 2014.2 é a seguinte:

[...] criar estratégias de fortalecimento da articulação entre **ensino, pesquisa e extensão**. (ASCES, 2014.1).

E destaca que [...] o LEPPS se caracteriza como uma espaço de formação profissional dos/as discentes e docentes possibilitando a articulação entre **ensino, pesquisa e extensão** numa perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social.” (ASCES, 2014.1).

Ao analisarmos os documentos do LEPPS mencionados anteriormente, ressaltamos que apenas o NUGEN menciona dentre seus objetivos a valorização da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, como é possível observar no seguinte trecho:

elaborar Plano de Trabalho e garantir a sua inserção no Planejamento Anual, no âmbito das atividades de **ensino, pesquisa e extensão**. (ASCES, 2014.1).

No caso do NUJUS, enquanto campo de estágio curricular, ocorre menção da articulação entre ensino e pesquisa:

[...] esse eixo tem como objetivo contribuir na concretização dos objetivos do EPJ no que se refere à Câmara de Mediação e Arbitragem, além de propiciar a articulação **ensino e pesquisa** na medida em que servirá de campo de estágio curricular para alunos/as do curso de Serviço Social. (ASCES, 2014.1).

[...] é importante ressaltar que o Núcleo Jurídico-Social visa contribuir na concretização dos objetivos do EPJ no que se refere à Câmara de Mediação e Arbitragem, além de propiciar a articulação **ensino e pesquisa** na medida em que servirá de campo de estágio curricular para alunos do curso de Serviço Social. (ASCES, 2014.1).

objetivo geral – propiciar a articulação **ensino e pesquisa** na medida em que servirá de campo de estágio curricular para alunos do curso de Serviço Social, além de contribuir na concretização dos objetivos do EPJ no que se refere à Câmara de Mediação e Arbitragem. (ASCES, 2014.1).

O Projeto InDependência prevê a realização de pesquisas “Desenvolver um projeto acadêmico de estudos e **pesquisas** sobre dependência química, estimulando o trabalho interdisciplinar entre discentes e docentes.” (ASCES, 2013.2).

Registramos que os demais projetos/ações, como Iguais nas diferenças, Formação Profissional do/a Assistente Social e Educação Popular e Saúde não mencionam como seus objetivos o fortalecimento do tripé, contudo, considerando que tais projetos/ ações integram o

LEPPS, compreendemos que elas se caracterizam como iniciativas de desenvolvimento do tripé.

Na implementação do item ensino, destacamos que o LEPPS desenvolve projetos que se articulam à disciplinas ofertadas pelo curso de Serviço Social existentes na grade curricular, das quais destacamos: a) Família e Relações de Gênero- NUGEN; b) Gerontologia Social- Cidadania não se Aposenta; c) Saúde Mental e Redução de Danos- Cidadania não se Aposenta; Estágio I e II, Seminários Temáticos I e II- Projeto Práticas do Serviço Social.

Outra atividade que se relaciona com o ensino diz respeito ao LEPPS se constituir como campo de estágio curricular em Serviço Social. Em 2013.2 são mencionadas a realização do estágio de seis discentes do curso de Serviço Social, estando cinco delas matriculadas no oitavo período, que realizaram complementação de carga horária de 110h, em virtude da mudança da Matriz Curricular, e uma que realizou Estágio Curricular I. Em 2014.1 ocorre a continuidade do Estágio Curricular II, por parte da discente do sétimo período.

Ressaltamos que a proposta de criação do NUJUS se justifica pela criação como campo de estágio.

É importante ressaltar que o Núcleo Jurídico-Social visa contribuir na concretização dos objetivos do EPJ no que se refere à Câmara de Mediação e Arbitragem, além propiciar a articulação ensino e pesquisa na medida em que servirá de campo de estágio curricular para alunos do curso de Serviço Social. (ASCES, 2014.1).

Registramos que o Projeto Formação e Prática Profissional realizou, em 2014.1, o Curso de Atualização em Serviço Social para Supervisores/as de Campo, com objetivo de

fortalecer os vínculos entre a Faculdade Ascés e os campos de estágio em Serviço Social”, considerando a importância de “discutir o estágio compreendido como um momento importante para a formação profissional em Serviço Social (ASCES, 2014.1).

Com relação à pesquisa, os projetos Diagnóstico Social e In dependência desenvolveram ações nesta perspectiva.

[...] compreender, identificar as necessidades e demandas dos usuários atendidos pelas clínicas de Odontologia e Fisioterapia objetivando consolidar intervenções futuras. (ASCES, 2013.2).

os integrantes do projeto In dependência, também aplicaram um questionário de intervenção breve com os alunos dos cursos de graduação da Faculdade ASCES, com a finalidade de fazer um levantamento sobre o uso de drogas pelos universitários. (ASCES, 2014.1).

No caso do NUGEN, é mencionada a intenção em desenvolver uma pesquisa a partir dos documentos doados por Elma Novaes.

[...] proposta de pesquisas biográficas sobre mulheres do Agreste que, posteriormente, justifiquem a criação de um Centro de Documentação sobre a História de Vida e de Luta das Mulheres do Agreste. (ASCES, 2013.2).

Outro ponto que diz respeito à pesquisa, se refere aos Trabalhos de Conclusão de Curso realizados em articulação com os projetos do LEPPS, dos quais listamos os seguintes:

ANO	PROJETO/PESQUISA	PROJETO
2013	“A produção do Serviço Social sobre a Violência contra a mulher: uma análise do CFESS Manifesta”	NUGEN
2013	“Masculinidades, Alcoolismo e Violência contra a Mulher: um olhar sobre as conjugalidades”	NUGEN
2014	“A Formação em Serviço Social: A Experiência do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais”	LEPPS
2014	“A prática de redução de danos com adolescentes usuário de drogas que cumprem medida no CASE de Caruaru”	In dependência
2014	“Possibilidades e desafios da atuação do Serviço Social com usuários de drogas: uma abordagem teórica”	In dependência
2014	“Perfil do agressor e as motivações geradoras de violência contra a mulher”	NUGEN
2014	O Estágio Supervisionada em Serviço Social e Formação Profissional: uma experiência da articulação teórica e prática”	Formação Profissional do/a Assistente Social
2014	“Serviço Social e Saúde: os instrumentais técnicos	Educação Popular e

	operativos da prática do/a Assistente Social na Saúde”	Saúde
2014	“Mercantilização do Ensino Superior e suas implicações no processo de formação dos Assistentes Sociais: uma reflexão dos cursos EAD em serviço Social no Estado de Pernambuco	Formação profissional do/a Assistente Social
2014	Serviço Social e Saúde: os desafios da atuação do/a Assistente Social na equipe interdisciplinar do NASF em Caruaru, PE”	Educação Popular e Saúde
2014	“Juventude e Tráfico de Drogas: a experiência dos jovens que cumprem medida socioeducativa na FUNASE/CASE Caruaru”	In dependência
2014	Serviço Social no SUS: desafios da prática profissional na gestão público-privada	Educação Popular e Saúde

Quadro 8. Listas de Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social com articulação com os projetos do LEPPS

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios do LEPPS (2012 a 2014)

No caso da extensão, registramos que estão ausentes informações sobre os projetos Cidadania não se Aposenta e Cine Cidadania, salvo no relatório de 2013.1 que menciona o Cine Cidadania como projeto que integra o LEPPS, pelo que questionamos: Se os referidos projetos integram a dimensão da extensão, fundamentais para se constituir o tripé, e o LEPPS se propõe a ser um espaço de articulação e fortalecimento do tripé, não deveria constar informações sobre os mesmos nos relatórios do LEPPS?

Registramos que os projetos desenvolvidos no âmbito do laboratório tem como característica o desenvolvimento de atividades voltadas para a comunidade interna e externa, sendo estas compreendidas com caráter de extensão. Destacamos aqui os projetos e ações que se caracterizam neste sentido, o Iguais nas Diferenças, In dependência, Educação Popular e Saúde, NUGEN, Formação Profissional do/a Assistente Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi estruturado com a finalidade de analisar as possibilidades e limites para a consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social, a partir da experiência do LEPPS do curso de Serviço Social da Faculdade ASCES.

Retomemos assim aos objetivos específicos destacando os resultados alcançados pela pesquisa. Em primeiro lugar, na perspectiva de identificarmos as normativas do ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social, definidos pelo Ministério da Educação (MEC) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), destacamos que a indissociabilidade do tripé é reforçado pela LDB e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Contudo, encontramos a existência de uma contradição entre o que o MEC coloca e a ABEPSS. Enquanto o MEC defende a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo como exigência para as universidades, a ABEPSS afirma que é de suma importância essa articulação entre ensino, pesquisa e extensão para a formação em Serviço Social, independente de onde a formação seja ofertada.

Em segundo lugar, objetivando compreender as particularidades do Agreste e sua relação com a formação em Serviço Social em Caruaru, observamos a expansão dos cursos de Serviço Social na região nas IES privadas e a concentração de cursos na modalidade de educação à distância, contrariando as Diretrizes da ABEPSS para a formação em Serviço Social, não apenas contrariando as Diretrizes da ABEPSS, mas os direitos previstos na Constituição de 1988 e na LDB.

O terceiro objetivo que nos propomos foi analisar o processo de construção e efetivação do LEPPS como instrumento de integração entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito da formação em Serviço Social, dos quais destacamos os seguintes resultados: o LEPPS desenvolve estratégias para o fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, nos projetos/ações abordando diretamente esta temática em seus objetivos e atividades.

Tais achados de pesquisa, nos ajudaram a compreender os limites e as possibilidades para consolidação do tripé na formação em Serviço Social, a partir da experiência do LEPPS. Destacamos, dentre os limites encontrados, o curso ser ofertado em uma faculdade e não em uma universidade; a forma de organização dos núcleos de pesquisa e extensão na IES dificultam a integração dos projetos de pesquisa e extensão ao LEPPS; pesquisa ainda

limitada aos TCCs; a ausência de Grupo de Pesquisa; informações insuficientes nos relatórios dos projetos e LEPPS sobre a efetivação do tripé. No que diz respeito às possibilidades, a Faculdade Asces desenvolver projetos de pesquisa e extensão, embora não seja obrigatório; a efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão estar pautada como um dos objetivos do LEPPS; a integração das temáticas dos projetos com as disciplinas do curso; o Lepps como campo de estágio curricular; a produção de conhecimento sobre o LEPPS e temáticas vinculadas pelos/as discentes.

Diante do exposto fazemos algumas propostas para o LEPPS de forma a contribuir com a visibilidade e sistematização dos processos de implementação do tripé ensino pesquisa e extensão, tais como:

- ✓ Os relatórios dos projetos e do LEPPS apresentem avaliação de como as ações contribuíram para o fortalecimento do tripé, bem como quais atividades se relacionam às dimensões do ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Informações sobre as experiências de estágio realizada no âmbito do LEPPS;
- ✓ A ampliação de pesquisas aos discentes;
- ✓ As pesquisas realizadas no âmbito do LEPPS como, projetos ou TCCs devem ser inseridas informações nos relatórios.

REFERENCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em <http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf> acesso em 17 de setembro de 2014.

_____. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. São Luis/MA, 2008. Disponível em <https://www.ufpe.br/servicosocial/index.php?option=com_content&view=article&id=424&Itemid=281> acesso em 23 de setembro de 2014.

ALBUQUERQUE, Juliene Tenório de. **A Racionalidade de um Discurso: jovem como agente estratégico de desenvolvimento**. 2014. 192 folhas. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Doutorado em Serviço Social. Recife – PE, 2014.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDES-SN. Grupo de Trabalho de Política Educacional. **A contra-reforma da educação superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do Governo Lula da Silva**. Brasília, ago./2004.

ASCES. **Curso de Serviço Social: Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais**, Faculdade ASCES: Caruaru, 2012.

_____. **Serviço Social**. Faculdade ASCES: Caruaru, sd. Disponível em <http://www.asc.es.edu.br/?p=ensino_curso&idcurso=6> acesso em 9 de novembro de 2014

_____. Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais – LEPPS - **Relatório Parcial de Atividades – 2013.1**. Caruaru, 2013.1.

_____. Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais – LEPPS - **Relatório de Atividades – 2013.2**. Caruaru, 2013.1.

_____. Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais – LEPPS - **Relatório Semestral – 2014.1**. Caruaru, Junho, 2014.1.

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVICIO SOCIAL. Conselho Federal de Serviço Social. **As entidades do Serviço Social Brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2011, n.108, pp. 785-802.

AUGUSTO, Pedro. **País registra menor taxa de desemprego dos últimos anos**. Jornal Vanguarda. 2010. Disponível em <<http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=noticias&id=6804>> acesso em 5 de novembro de 2014

BANDEIRA, Gabrieli de Souza. **O trabalho do Assistente Social na Política de Atenção aos usuários de drogas**. 2014. 114 folhas. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Serviço Social-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2014.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington**. 2005. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2005.

BORGATO, Cássia Takazono; ALVES, Dolores Duarte; OLIVEIRA, Juliene Aglio de. **A gestão social na perspectiva democrática: o profissional de Serviço Social como gestor**. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/882/861>> acesso em 01 de outubro de 2013.

BRASIL. . Conselho Federal de Serviço Social-CFESS. **Regulamentação da Profissão Lei Nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Brasília, 1993. Disponível em

<http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf> acesso em 18 de setembro de 2014.

_____. **Brasil Sem Miséria.** Brasília, 2011. Disponível em <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/>> acesso em 16 de setembro de 2014.

_____. Conselho Federal de Serviço Social-CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Brasília, 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf> acesso em 15 de setembro de 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Senado Federal-Secretária Especial de Informática. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> acesso em 21 de novembro de 2013.

_____. **Lei nº 1.889 de 13 de junho de 1953.** Brasília, 1953. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1889-13-junho-1953-366870-publicacaooriginal-1-pl.html>> acesso em 18 de outubro de 2014.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Ciência Sem Fronteiras.** 2010. Disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>> acesso em 16 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **Uma nova política para o ensino superior brasileiro:** subsídios para discussão. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Reforma da Educação Superior – reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior.** Documento II. Brasília: MEC, ago./2004.

_____. **Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.** 2007. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> acesso em 10 de junho de 2014.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em < <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>> acesso em 20 de outubro de 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação - Lei 13005/14 | Lei nº 13.005**, de 25 junho de 2014. Brasília, 2014.

_____. Presidência da República – Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

CARVALHO, Alba Maria Pinho et al. **Projeto de investigação**: a formação profissional do Assistente Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 14, p. 104-143, abr. 1984.

CEZNE, Andrea Nárriman. **O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental**. Revista do Centro de Educação. N.1 vol. 31. 2006. Disponível em <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/01/r8.htm>> acesso em 9 de novembro de 2014

CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO. **Abaixo a Censura**: Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em < http://www.cfess.org.br/arquivos/01_sobreaincompatibilidade_2011.pdf> acesso 11 de novembro de 2014

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CHIANCA, Rosaly Braga. **Geografia Pernambuco**: geografia regional, 4º ou 5º ano: volume único. São Paulo: Ática, 2001.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**: evolução e desafios. Rev. Portuguesa de Educação, vol. 16, n. 002, Universidade do Minho - Portugal, 2003, PP. 221-236

CUNHA, Alana Michael. **A extensão Universitária:** o projeto de extensão, o Serviço Social e o atendimento sociojurídico no escritório no escritório modelo de direito da UNIJUÍ/IJÍ. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social. Ijuí – RS, 2011.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O AI5.** FGV. Sd. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>> acesso em 7 de novembro de 2014

DIAS SOBRINHO, José e BRITO, Márcia Regina F. de. **La educación superior en Brasil:** principalestendencias y desafíos. Avaliação, Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v.13, n. 2, p. 487-507, jul. 2008.

E-MEC. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados.** Sd. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>> acesso em 15 de outubro de 2014

FERREIRA, Suely. **Reformas na Educação Superior:** de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). Linhas críticas, Brasília, DF, n36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-04312012000200013&script=sci_arttext> acesso em 13 de junho de 2014.

GASPAROTTO, Geovana Prante. **Desigualdades e resistências:** avanços, contradições e desafios para a garantia das seguranças do SUAS pela Proteção Social Especial. 2013. 192 folhas. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Serviço Social-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-Mestrado em Serviço Social. Porto Alegre, 2013.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995. Disponível em <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_tipos_fundamentais.pdf> acesso em 16 de outubro de 2013.

GUIA DO ESTUDANTE. **História:** Vestibular + ENEM 2010. Revista. Abril, 2010.

HENRIQUES, R; LÁZARO, A. **O financiamento.** Cadernos do MEC, v.1, n.1, jul. 2004. P. 36-42.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.) **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010:** resultados do universo – indicadores sociais municipais. Sd. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260410&idtema=79&search=pernambuco%7Ccaruaru%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais>> acesso em 8 de novembro de 2014

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social:** Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contra-reforma na educação superior brasileira:** impactos na formação profissional em Serviço Social. Sociedade em Debate, Pelotas, n. 15(1), p. 31-50, jan/jun, 2009. Disponível em <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/358>> acesso em 20 de junho de 2014.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior:** de FHC a Lula. São Paulo, Ed Xamã, 2007.

MACEDO, Arthur Roquete de; TREVISAN, Ligia Maria Vettorato; TREVISAN, Péricles; MACEDO, Caio Sperandeo de. **Educação Superior no Século XXI e a Reforma**

Universitária Brasileira. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 127-148, abr./jun. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n47/v13n47a02.pdf>> acesso em 20 de junho de 2014.

MACHADO, Karine Cardoso Rodirgues. **Significados de família para crianças em abrigo.** 2009. 164 folhas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Centro de Ciências Humanas Letras e Artes-Departamento de Psicologia- Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Natal – RN, 2009.

MANCEBO, Deise. **Reforma Universitária:** reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. Educ. Soc., campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866, especial-out., 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em 16 de junho de 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Lígia Márcia. **Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade.** UNESP Marília Publicações, 2001. Disponível em<http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/16_09_2011_134/Ensino_pesquisa_extensao_como_fundamento_metodologico_da_construcao_do_conhecimento_na_universidade.pdf> acesso em 13 de novembro de 2013.

MERCADANTE, Aloizio. **Censo da Educação Superior 2012.** Ministério da Educação, 2012. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1379600228mercadante.pdf> acesso em 22 de outubro de 2014.

MINAYO, M. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1994.

MORAES, Carlos Antônio de Souza; JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura and SANTOS, Katarine de Sá. **Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2010, n.103, pp. 433-452. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a03n103.pdf>> acesso em 28 de outubro de 2014.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.) **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>> acesso em 20 de outubro de 2014.

PINTO, Marialva Linda Moog. **Políticas públicas na educação superior: o PROUNI como possibilidades de democratização do acesso**. IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis- Brasil, 2009. Disponível em <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/Bd_documentos/coloquio9/IX-1176.pdf> acesso em 8 de setembro de 2014.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; SOUZA, Ângela Maria Alves e; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. **Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área da Saúde**. Revista de Enfermagem UERJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>> acessado em: 13 de dezembro de 2013.

ROCHA, Mirtes Andrade Guedes Alcoforado. **Decifra-me ou te devoro – Discurso e Reforma Universitária do governo Lula: um enigma a decifrar**. 2005. 220 folhas. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de pós-graduação em Serviço Social, Doutorado em Serviço Social. Recife, 2005.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes.** IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis- Brasil, 2009. Disponível em <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1047.pdf> acesso em 13 de junho de 2014.

SANTOS, Sandra Neres. **Serviço Social: apropriação da teoria social marxista e formação profissional crítica.** III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social. CRESS 6ª região, sd. Disponível em <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20APROPRIA%C3%87%C3%83O%20DA%20TEORIA%20SOCIAL%20MARXISTA.pdf>> acesso em 22 de outubro de 2014.

SCHUELTER, Bárbara. **A pesquisa e a extensão na formação acadêmico-profissional em Serviço Social: um relato de experiência junto ao grupo de pesquisa e extensão MOSCOPSS.** Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SOUZA, Glacielli Thaiz Tamião de; PORTES, Lorena Ferreira Portes. **A trajetória do serviço social e as sucessivas aproximações à tradição marxista.** Cadernos da Escola de Educação e Humanidade. Sd. Disponível em <http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/educacaoehumanidades/article/viewFile/515/436> acesso em 21 de outubro de 2014.

SIGAS-PE, Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco. **Síntese dos Indicadores Sociais de Caruaru.** Sd. Disponível em <<http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/mapa.php?cidade=Caruaru>> acesso em 5 de novembro de 2014

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto.** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Disponível em <

<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/498/508>> acesso em 2 de novembro de 2014

WAISEIFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287:agreste-central&catid=11&Itemid=170> acesso em 5 de novembro de 2014

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. **Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica**. *Avaliação (Campinas)* [online]. 2008, vol.13, n.3, pp. 827-831. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000300012> acesso em 20 de outubro de 2014.